

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR - ASCES
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LAYSSA VERISSIMO BARROS

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL: UMA REFLEXÃO DA ARTICULAÇÃO TEORIA E
PRÁTICA**

Caruaru
2014

LAYSSA VERISSIMO BARROS

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL: UMA REFLEXÃO DA ARTICULAÇÃO TEORIA E
PRÁTICA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Faculdade ASCES, como requisito parcial, para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Josinês Barbosa Rabelo.

Caruaru
2014

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 03/12/2014

Presidente: Prof^a. Dra. Josinês Barbosa Rabelo

Primeiro Avaliador: Prof^a. Dra. Juliene Tenório de Albuquerque

Segundo Avaliador: Prof^a.M^a. Fernanda Luma G. Barboza

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha mãe, pois sem sua presença, força, palavras e ensinamentos eu não teria atingido o objetivo de tornar-me uma Assistente Social. Obrigada mãe, por ser um exemplo de profissional e de ser humano. A senhora sempre ilumina os meus dias com o seu amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por minha vida, pela bênção do estudo, pela oportunidade de ter uma profissão e pelos anjos que o Senhor fez cruzar o meu caminho.

À minha mãe por acreditar que esse dia chegaria, por me encorajar em todos os momentos, por não me deixar desistir e por seu amor incondicional.

À espiritualidade amiga que me orienta e me conduz sempre pelo melhor caminho.

À professora Josinês Rabelo por acreditar no meu potencial e no meu trabalho, pelas orientações, paciência e carinho, obrigada professora por me ajudar a construir esse trabalho e por ser um exemplo de Assistente Social para mim.

À Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade ASCES, Professora Juliene Albuquerque, pela disponibilidade de fornecer os documentos que precisei para análise dos dados

À todos os/as professores que contribuíram para a minha formação profissional, Ana Mirceia, Ana Paula Luna, Edelweiss Falcão, Fernanda Luma, Flávia Clemente, Marina Gondim, Orlando Rabêllo, Rosineide Gonçalves, Socorro Araújo, Tatiana Ferraz e Valdenice Raimundo.

De forma especial à professora Sheilla Nadéria, serei sempre grata por nosso convívio e aprendizado.

Às minhas colegas de turma por nosso convívio, aprendizado e conhecimento construído

De forma especial à Rafaela Moura e Lílian Arruda por nossa amizade e pela força que me deram sempre que precisei.

À Alanna Cristina minha supervisora de campo por me proporcionar um estágio repleto de aprendizado, por sua paciência e dedicação.

À Veronica Silva por sua atenção e por compartilhar sua rica experiência profissional comigo.

À minha tia Syndia pelas contribuições valiosas e à minha família de Caruaru e especialmente de Vitória de Santo Antão pelo incentivo e amor.

E a todos os meus amigos que acompanharam o meu amadurecimento pessoal e a construção de uma Assistente Social ao longo desses anos, obrigada pelo carinho.

BARROS, Layssa Verissimo. O estágio supervisionado do serviço social na formação profissional: uma reflexão da articulação teoria e prática

RESUMO

Este trabalho intenta refletir sobre o Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social. Toma-se como objeto empírico o Curso de Serviço Social da Faculdade ASCES, destacando nesse processo a formação profissional e relação teoria-prática. A pesquisa busca responder a seguinte questão: *Quais os desafios postos à formação em Serviço Social e as dificuldades na consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social em Caruaru?* Tem como objetivo central *compreender os desafios da formação em Serviço Social e a dificuldade na consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social em Caruaru*. Destarte, busca identificar a dinâmica regional da formação em Serviço Social, analisar a PNE em Serviço Social, a Política Nacional de Educação e as Leis que dispõe sobre estágio de estudantes, bem como se analisa os projetos de intervenção e os relatórios de estágio das estagiárias das turmas concluintes em 2013.2 e 2014.2 da Faculdade ASCES. Buscando dar conta dos objetivos propostos, a pesquisa está alicerçada em dois eixos de investigação: teórico e empírico. Os sujeitos da pesquisa foram 24 estagiários do referido curso. Compreendeu-se que é no campo de Estágio que o educando passa a ter contato maior com a prática e passa a vivenciar a dimensão investigativa e interventiva, lidando também com outros profissionais da área. Observa-se que os desafios postos à formação em Serviço Social são muitos, como, por exemplo, a lógica capitalista. A consolidação da Política Nacional de Estágio é um processo que exige o envolvimento de todos os sujeitos participantes, de forma que o Estágio em Serviço Social cumpra o objetivo de capacitar os/as estagiários/as para torna-los aptos a realizar as práticas observadas em campo.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Formação em Serviço Social. Política Nacional de Estágio.

BARROS, Layssa Verissimo. The supervised traineeship of Social Service in the professional education: A reflection about the theory and practice articulation.

ABSTRACT

This project intends to reflect about Social Service's Supervised Academic Traineeship. It is taken as empirical object the Social Service course of ASCES College, highlighting in this process the professional education and the relation between theory and practice. The research seeks to answer the following question: *What are the challenges faced in the professional education in Social Service and the difficulties in the roll out of the Traineeship National Politics in Caruaru?* Its core purpose is *to comprehend the challenges in the professional education in Social Service and the difficulty in the roll out of the Traineeship National Politics in Caruaru.* Therefore, it seeks to identify the regional dynamics of the professional education in Social Service, analyze the TNP in Social Service, the Traineeship National Politics and the statutes that organize the traineeship for students, as well as analyze the intervention projects and the trainees' traineeship reports of the senior classes of 2013.2 e 2014.2 of ASCES College. In order to handle the proposed goals, the research is based on two investigation parameters: theoretical and empirical. The survey's population were 24 trainees of the referred course. It was understood that it is in the traineeship field where the students are able to have a bigger contact with the practice and experience the investigative and interventive dimensions, also dealing with other professionals of the area. It is observed that the challenges in the professional education of the social workers are many, and the Traineeship National Politics consolidation is a process which demands the involvement of all the participants so that the traineeship in Social Service fulfill the goal of prepare the trainees to make them capable of executing the techniques observed in practice

Key words: Supervised Training. Education in Social Service. Traineeship National Politics.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ASCES – Associação Caruaruense de Ensino Superior

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

EAD – Ensino À Distância

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LEPPS – Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

NGE – Núcleo Geral de Estágio

PNE – Plano Nacional da Educação

PNE – Política Nacional de Estágio

SESC – Serviço Social do Comércio

UFA – Unidade de Formação Acadêmica

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

USA – United States of America

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Desenho da Pesquisa

Ilustração 02 – Municípios da região de desenvolvimento do Agreste Central.

Ilustração 03 – Municípios da região de desenvolvimento do Agreste Setentrional

Ilustração 04 – Municípios da região de desenvolvimento do Agreste Meridional

Ilustração 05 – Síntese dos grupos da oficina de atualização – Contexto do Serviço Social em Caruaru

Ilustração 06 - Síntese dos grupos da oficina de atualização – Imagem Social da Profissão

Ilustração 07 - Síntese dos grupos da oficina de atualização – Dimensões da prática profissional em Serviço Social

Ilustração 08 - Síntese dos grupos da oficina de atualização – Desafios das Dimensões do Serviço Social

Ilustração 09 - Síntese dos grupos da oficina de atualização – Desafios das Dimensões do Serviço Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I - PERCURSO DA PESQUISA.....	13
1.1 PROCESSO METODOLÓGICO.....	13
1.2 TEMA.....	14
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	15
1.5 TIPO DA PESQUISA.....	16
1.6 SUJEITOS DA PESQUISA.....	16
1.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	17
1.8 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	18
Capítulo II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	19
2.1 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS ATUAIS.....	19
2.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO COMPONENTE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	25
Capítulo III - POLÍTICAS DE ESTÁGIO NO CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL.....	28
3.1 MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	28
3.2 POLÍTICAS DE ESTÁGIO NO BRASIL.....	29
3.3 ASPECTOS DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	31
3.4 A POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ABEPSS.....	33
3.4.1 Considerações sobre as Resoluções 493/2006 e 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social.....	41
Capítulo IV - ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FACULDADE ASCES, CARUARU, PE.....	43
4.1 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FACULDADE ASCES NO CONTEXTO DO AGRESTE PERNAMBUCANO.....	43
4.2 OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO EM CARUARU.....	49
4.2.1 O estágio supervisionado em Serviço Social.....	49
4.2.2 Atualização em Serviço Social para supervisores de campo da Faculdade ASCES.....	51
4.3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ÓTICA DAS ESTAGIÁRIAS.....	65
4.3.1 Dificuldades.....	66
4.3.2 Potencialidades.....	67
4.3.3 Dinâmica da supervisão acadêmica e de campo.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

Para a construção deste trabalho científico estudou-se sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social, os desafios postos à formação em Serviço Social e as dificuldades na consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social em Caruaru, motivada pela experiência de Estágio da autora e por acompanhar os relatos das experiências de Estágio dos/as colegas de curso. Como o curso de Serviço Social da Faculdade ASCES, foi o primeiro curso presencial na região do Agreste de Pernambuco, todos os processos que envolvem a formação profissional neste momento de abertura se constituíram em desafios a serem superados, foi na perspectiva de entender como se desenvolve, de forma mais especial, o momento do Estágio Curricular que esta pesquisa foi desenvolvida.

É na etapa do Estágio Supervisionado que o/a discente passa a ter um maior contato com a prática profissional e também com outros profissionais da área. Se trata de um período de grande espera e expectativa geradas pelos/as discentes ao longo do curso. Segundo a Lei de Estágio, o Estágio se configura como: “[...] o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes. O estágio integra o itinerário formativo do estudante e faz parte do projeto pedagógico do curso [...]” (art. 1º da Lei nº 11.788/2008). Tem como objetivo o aprendizado de competências da atividade profissional e a contextualização curricular, desenvolvendo as habilidades do educando para a vida cidadã e para o atividade profissional.

Considerando que o Estágio Supervisionado é uma etapa da formação profissional e que permite o contato dos/as discentes com outros profissionais e espaços sócio-ocupacionais da prática do Serviço Social, é de fundamental relevância analisar e pesquisar os aspectos que estão em volta das relações entre os/as estagiários/as, profissionais, campos de estágio e instituição de ensino.

Observou-se algumas dificuldades no pré-estágio e estágio como exemplo: campos de Estágio que não dispõem da carga horária necessária de que o/a estagiário/a precisa para a conclusão do mesmo, poucos campos de estágio no município que querem receber os/as estagiários/as, o início do estágio tardiamente considerando o semestre eletivo e reuniões entre o profissional, estagiário, instituição e instituição de ensino que são muitas vezes feitas já quando o estágio tem seu início, entre outras dificuldades. Identificados os problemas precisamos achar uma maneira de enfrentar estas questões para que o/a estagiário/a de Serviço Social cumpra o objetivo que é o de capacitar-se

para que ao término do Estágio Curricular II esteja apto a realizar as práticas observadas em campo.

Na graduação em Serviço Social estimulam-se os estudantes para a formação de uma visão crítica e aprofundada sobre a sociedade em geral, suas particularidades e, sobretudo um olhar crítico sobre a profissão. Partindo dessa referência procura-se com esta pesquisa estudar essas dificuldades e como isso afeta a formação profissional do/a Assistente Social.

A presente pesquisa intenta responder ao seguinte questionamento: *Quais os desafios postos à formação em Serviço Social e as dificuldades na consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social em Caruaru?*

Na década de 1990 o ensino superior passou por mudanças, que caracterizou-se por um grande crescimento de insituições de ensino privado. Transformando o ensino em uma mercadoria, um exemplo da transformação da aprendizagem em mercadoria e que tem levantado questões nas diversas áreas do ensino quanto a sua estrutura na formação do discente, é o sistema de ensino Educação a Distância. O Estágio Curricular é obrigatório e integrante da grade curricular, é um processo de reflexão da formação profissional que liga o ensino à aprendizagem do saber fazer, como afirma Buriolla (2001, p.13) “O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”. Portanto, quando o ensino superior é precarizado o Estágio Curricular também é.

A pesquisa tem como objetivo central compreender os desafios postos à formação em Serviço Social e as dificuldades na consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social em Caruaru. Tem como objetivos específicos:

- ✓ Identificar a dinâmica regional da formação em Serviço Social;
- ✓ Analisar a PNE em Serviço Social, a Política Nacional de Educação e a Lei nº11.788º/2008 que dispõe sobre estágio de estudantes;
- ✓ Analisar os projetos de intervenção das alunas das turmas concluintes em 2013.2 e 2014.2 da Faculdade Asces;
- ✓ Analisar os relatórios de estágios das alunas das turmas concluintes em 2013.2 e 2014.2 da Faculdade Asces.

A monografia está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o caminho percorrido para a elaboração da monografia. Apresenta o problema, objetivos, método,

técnicas e instrumentos de coleta de dados. No segundo, faz-se uma discussão sobre a formação profissional do/a Assistente Social nos tempos atuais reportando-se à teoria para fundamentação. No terceiro capítulo, discute-se sobre a Política de Estágio no contexto do Serviço Social e por fim, no quarto capítulo trata-se da análise dos dados tendo como base referencial teórico e dos temas que emergiram dos dados da pesquisa.

Capítulo I - PERCURSO DA PESQUISA

Este capítulo apresenta o caminho trilhado para a construção da pesquisa. Assim, apresenta a formulação da questão central da pesquisa (problema), bem como os dados foram recolhidos e analisados e aborda sobre a construção do método que orienta a leitura da realidade em estudo.

1.1 PROCESSO METODOLÓGICO

O caminho percorrido tem várias etapas. A escolha do método que norteia a compreensão da realidade pesquisada é uma das etapas. Assim, para a análise do fenômeno em foco, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo.

Entende-se por pesquisa bibliográfica “toda teoria já tornada pública em relação ao tema de estudo,” (RIBAS e FONSECA, 2008, p. 6). Já a pesquisa documental se caracteriza por ser “aquela em que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não.” (Idem, 2008, p. 6).

Tendo em mãos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, precisa-se agora de uma metodologia que norteie o estudo. Entendendo metodologia como “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” (GIL, 2008, p. 27). O referencial epistemológico que orientou a pesquisa foi o método dialético crítico.

No que se refere a pesquisa de campo, ela procede à observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e à análise e interpretação dos dados, respaldados na fundamentação teórica visando compreender e explicar o problema da pesquisa.

No decorrer da pesquisa surgiu a oportunidade de participar de dois encontros que abordavam o tema de Estágio Supervisionado, um foi o Curso de Atualização em Serviço Social da Faculdade ASCES (Associação Caruaruense de Ensino Superior) e o outro a Oficina da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão) itinerante, onde nestes dois momentos foi posta em prática em forma de investigação a observação participante que se configura como “[...] a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações [...]” (VALLADARES, 2007, p. 2).

Nessa direção, o referencial epistemológico que orientou a pesquisa foi o método dialético crítico, visto que a dialética oferece as estruturas para explicar de forma totalizante e dinâmica o real e considera que os acontecimentos sociais não podem ser analisados ou estudados de forma isolada, mas inseridos em um contexto político, social, econômico, cultural entre outros.

O método dialético, tal como proposto por Hegel e Marx, é justamente uma tentativa de pensar o mundo integrando as diferentes esferas contraditórias do real. Pressupõe-se que pensar dialeticamente seja pensar por contradições e que ao separar as diferentes esferas da realidade tem-se um empobrecimento da percepção do real por perder-se a totalidade. (ZAGO, 2011, p.3).

Inicialmente a pesquisa estava estruturada de uma forma, porém com o passar dos meses foram surgindo novos questionamentos e oportunidades de participar de discussões referentes ao Estágio Supervisionado, que não estavam previstas no cronograma da pesquisa¹, o que só veio a acrescentar informações ao trabalho, a exemplo da participação no Curso de Atualização em Serviço Social promovido pela Faculdade ASCES e a participação do Projeto ABEPSS Itinerante na oficina Pernambuco. Para ter acesso aos documentos dos/as discentes foi necessário uma autorização prévia da Coordenação do Curso de Serviço Social e marcação de dia e horário para a coleta de dados, pois os documentos não poderiam ser retirados da instituição, de modo que toda a síntese dos dados foi realizada dentro das dependências da Faculdade ASCES.

1.2 TEMA

O tema proposto para ser investigado à luz da teoria e dos dados coletados, foi o Estágio Supervisionado em Serviço Social. Para a análise dos dados foram sistematizadas as informações das duas turmas, e as informações relatadas nos dois cursos, destacando sempre as potencialidades, desafios, e no caso dos/as discentes também o processo de avaliação de supervisão de Estágio e o conceito de Estágio na visão de cada discente.

A pesquisa não tem a pretensão de dar conta de todo o fenômeno, mas trazer a reflexão para o problema com base mais territorial. Dessa forma, o estudo se desenvolveu, no Agreste

¹ Por este fato estas participações nos cursos não estão elencadas nos objetivos específicos.

Pernambucano, especificamente na cidade de Caruaru, através da experiência do Curso de Serviço Social da Faculdade ASCES.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa intenta responder ao seguinte questionamento: *Quais os desafios postos à formação em Serviço Social e as dificuldades na consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social em Caruaru?*

De 1995 a 2002 o ensino superior sofreu algumas mudanças, nos governos de Fernando Henrique Cardoso onde se tem no âmbito da educação a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (1996). Neste governo neoliberal houve um grande incentivo às instituições de ensino privadas e parcerias do público com o privado, com respaldo na teoria da reestruturação produtiva. Seguido deste momento, já no governo Lula, tem-se as facilidades oferecidas às instituições privadas de ensino, como por exemplo, a isenção de alguns impostos em troca a disponibilização de bolsas para estudantes através de programas, como o Programa Universidade para todos.

Segundo Mézaros (2005 p.53) esta educação é implementada para o capital transformando o momento de aprendizado em mercadoria e que somente “uma mudança radical no modo de internalização agora opressivo [...] o domínio do capital pode ser e será quebrado”.

A transformação da aprendizagem em mercadoria tem levantado questionamentos nas diversas áreas do ensino quanto a sua estrutura na formação do discente, sobretudo o sistema de ensino Educação a Distância e nesse contexto o estágio enfrenta desafios também.

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo central compreender quais os desafios postos à formação em Serviço Social e as dificuldades na consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social em Caruaru. Tem como objetivos específicos:

- ✓ Identificar a dinâmica regional da formação em Serviço Social;

- ✓ Analisar a PNE em Serviço Social, a Política Nacional de Educação e a Lei que dispõe sobre estágio de estudantes;
- ✓ Analisar os projetos de intervenção das alunas das turmas concluintes em 2013.2 e 2014.2 da Faculdade ASCES;
- ✓ Analisar os relatórios de estágios das alunas das turmas concluintes em 2013.2 e 2014.2 da Faculdade ASCES.

1.5 TIPO DA PESQUISA

A abordagem da questão levantada neste projeto supõe a construção de um marco referencial as principais categorias: estágio supervisionado, formação profissional, relação teoria-prática que cujos conceitos são construídos ao longo do estudo.

Elegeu-se como campo empírico os campos de estágio da Faculdade ASCES em Caruaru. Assim, os principais sujeitos da pesquisa são os estagiários/as.

Os objetivos propostos são trabalhados baseados na análise qualitativa, uma vez que ela propicia uma compreensão mais aprofundada de certos fenômenos sociais de caráter subjetivo da ação social (HAGUETE, 1992). A pesquisa está alicerçada em dois eixos de investigação: teórico e empírico.

A organização e avaliação dos resultados da pesquisa buscou estabelecer relações com o problema de pesquisa e o referencial teórico que nortearam a pesquisa com a dimensão empírica. Essas fases não se dão de forma isolada, mas de forma orgânica e dinâmica.

1.6 SUJEITOS DA PESQUISA

No plano teórico-conceitual que orientam as formulações relativas ao objeto de estudo, fundamenta e interpreta a relação teoria-prática nas atividades desenvolvidas pelos/as estagiários/as e supervisores de Estágio. O estudo empírico consubstanciado foi a partir da análise de relatos e de documentos, no caso dos relatos através das falas dos/as profissionais presentes nos cursos e no caso dos/as discentes, tomando como base os projetos de intervenção dos/as estagiários/as, bem

como os relatórios de estágio das turmas concluintes de 2013.2 e de 2014.2 da Faculdade ASCES, onde são, treze alunos/as em 2013.2 e onze alunos/as em 2014.2, totalizando quarenta e oito documentos, foram escolhidos estas duas turmas para a pesquisa por serem as únicas turmas de Serviço Social da instituição de ensino a cursarem as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, de modo que o curso foi iniciado no ano de 2010 na instituição, foram sujeitos de pesquisa também profissionais que participaram do Curso de Atualização em Serviço Social da Faculdade ASCES e profissionais participantes da Oficina ABEPSS Itinerante.

1.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Como os dados da pesquisa são secundários e coletados através de documentos e observação participante (projetos de intervenção e relatórios de estágios, participação dos dois cursos), que foram utilizados para atingir os objetivos propostos, logo não se faz menção aos nomes dos/as estagiários/as e de seus preceptores e supervisores, bem como não faz menção aos nomes dos profissionais que estiveram presentes nos cursos, conforme postulam as resoluções nº 466/12 e a nº 196/96 versão 2012.

1.8 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O procedimento de análise de dados dessa pesquisa foi realizado com base no conteúdo exposto pelos sujeitos da pesquisa, no caso dos supervisores de Estágio nos Cursos de Atualização em Serviço Social e Oficina Pernambuco do Projeto ABEPSS Itinerante onde relataram as potencialidades e desafios relacionados ao Estágio Supervisionado e no caso dos/as estagiários/as que escreveram suas experiências de Estágio, durante as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado.

Através da coleta de dados, dos referidos relatórios de estágio bem como o projetos e intervenção, foi utilizado em seguida a análise de conteúdo “compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento” (CAMPOS, 2004, p.1). O processo da pesquisa está apresentado na ilustração 01.

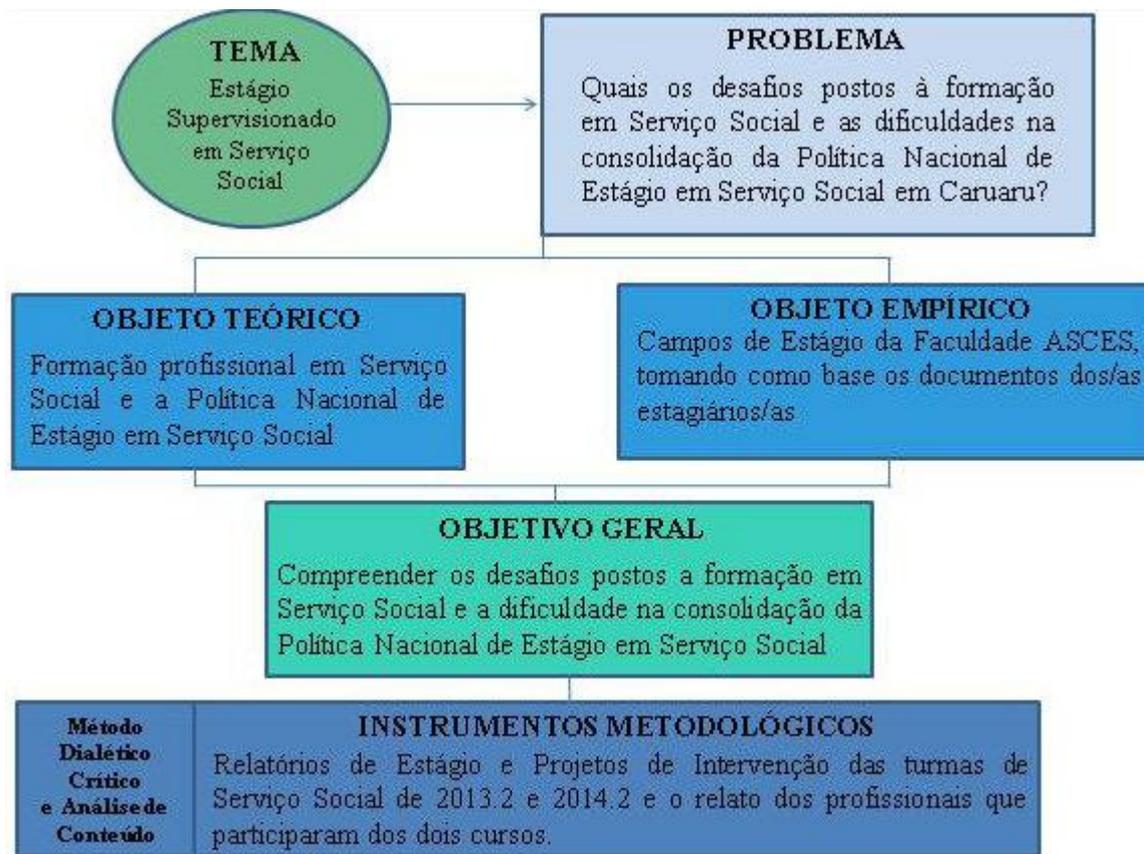


Ilustração 01 – Desenho da Pesquisa
 Fonte: Elaboração da autora.

Capítulo II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo elege como foco central um breve histórico do Serviço Social no Brasil e os desafios atuais relativos à profissão, perpassando pelo Serviço Social na América Latina, a construção da profissão no Brasil na década de 30 e o avanço histórico nas décadas seguintes. Aponta ao fim, os desafios atuais enfrentados pela profissão, abordando também o tema da formação profissional como componente do Projeto Ético-Político, apontando os principais acontecimentos referentes à sua construção e a sua influência na formação profissional dos/as Assistentes Sociais.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS ATUAIS

Para tratar sobre o processo de formação profissional do/a Assistente Social, faz-se necessário entender como se deu o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social na América Latina.

Com a Revolução Industrial, momento que se caracteriza pelo surgimento da máquina a vapor, o setor industrial torna-se atrativo para as famílias que superpovoaram as grandes cidades. No fim do século XVIII, inserem-se nas indústrias europeias as máquinas que substituem o trabalho manual, conseqüentemente os trabalhadores são substituídos por esses equipamentos dando surgimento aos problemas sociais, como a miséria, exploração, falta de infraestrutura urbana etc., que mais tarde se tornaram cada vez maiores.

Esses problemas sociais precisavam de uma classe trabalhadora que respondesse a essas expressões da Questão Social, daí o surgimento das primeiras iniciativas que viriam a ser mais tarde o Serviço Social. Nos anos 20, o cenário da América Latina, a exemplo do Chile, não era muito diferente como afirma Castro (2010, p.35) se apresenta “[...] como uma etapa histórica decisiva, marcada pela emergência de novas classes sociais sob o estímulo de relações de produção embasadas na exploração de força de trabalho assalariada”.

Diante desses acontecimentos surgia na América Latina uma nova classe social: a classe operária, com suas necessidades advindas da exploração do capital, necessidades que precisavam de

uma resposta por parte do Governo, neste caso deveria “o Estado como pilar da hegemonia, articula formas de ação para responder às demandas de uma realidade social nova” (CASTRO,2010, p.35).

Surge na América Latina o Serviço Social, extremamente influenciado pelo Serviço Social Europeu. Neste período, em 1925, é fundada a primeira Escola de Serviço Social da América Latina, no Chile. Subsequente em outros países latinos.

Entende-se que o momento histórico vivido pelo Chile nos anos 20 não foi um acontecimento localizado, visto que outros países da América Latina também vivenciaram no mesmo período um grande investimento nas indústrias, vivenciando o problema da superpopulação dos grandes centros e a geração das expressões da Questão Social.

O Serviço Social brasileiro surge diante de um contexto de mudanças econômicas, político-sociais em que foram geradas demandas que precisavam ser respondidas à população frente a Questão Social que se iniciava. Em 1920, o Brasil se insere no processo de industrialização período em que aumentou a massa proletária e, devido a péssimas condições de trabalho, jornadas de trabalho sem limite, falta de aposentadoria, férias, salário mínimo, a precarização das moradias e a exploração abusiva, esses trabalhadores foram levados a se organizarem e se mobilizarem, lutar e a questionar seus direitos, passando de classe em si para si, o que gera a criação de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho feita pelo Estado. A burguesia, por sua vez, enxerga este momento como uma ameaça à sua organização econômica, moral, religiosa e de ordem pública, como afirmam Yamamoto e Carvalho (2011, p. 134):

A exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, a ‘moral, a religião e a ordem pública’. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado. (grifo dos autores).

É a partir deste contexto social que se inicia as primeiras práticas do Serviço Social no Brasil, não só através do Estado, mas também através de iniciativas filantrópicas da Igreja Católica com o intuito de efetuar a manutenção do capital em forma de controle social para a exploração da força de trabalho.

É em 1930 que se estabelece o controle do movimento operário “com a criação do Ministério do Trabalho, que passa a incorporar os sindicatos no aparelho estatal e a formular uma política que os definia como órgãos de cooperação e colaboração com o Estado” (MONTAÑO, 2010, p. 236). Com o aumento da população nos grandes centros urbanos da época e o despreparo dessas cidades para receber essa nova população, a Questão Social e suas múltiplas expressões começam a surgir, a exemplo dos problemas habitacionais, urbanísticos, pobreza, violência, fome, doenças entre outros, que se tornavam cada vez maiores.

Diante desse problema, com o caráter conservador e partindo do princípio da caridade e do assistencialismo, a Igreja Católica se mobiliza através de grupos para responder à nova demanda que surgia. Em 1920 foi criada a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro, e em 1923 a Liga das Senhoras Católicas na cidade de São Paulo, organizações formadas por mulheres “das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca e, às vezes, a própria militância de seus elementos femininos” (IAMAMOTO e CARVALHO 2011, p. 176).

Em seguida, em 1932 cria-se o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) com um Curso Intensivo de Formação para Moças. As atividades desse centro de estudos se orientaram para a formação técnica especializada e para a difusão da doutrina social da igreja “que vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à ação Social da Igreja” (YAZBEK, 2009, p. 146).

No ano de 1936, a partir do esforço e de específicas atividades, como exemplo a primeira semana de ação católica, foi dado o impulso para a criação da primeira escola de Serviço Social de São Paulo que teve seu direcionamento formativo a intervenção diretamente junto ao proletariado compreendendo a Questão Social como um problema moral onde os indivíduos ou grupos deveriam ser reajustados para as condições normais da vida, e posteriormente em 1937, deu-se a criação da primeira escola de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Ao longo da década de 40 surgiram diversas escolas de Serviço Social nas principais capitais do Brasil, algumas destas estavam em fase de estruturação e muitas não conseguiram que as primeiras alunas concluíssem o curso. Merece destaque a Escola de Serviço Social de Pernambuco “sendo que apenas a de Pernambuco havia alcançado a formação de sua primeira turma, com apenas uma diplomada” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p.197). É neste momento que o Serviço Social brasileiro entra em contato com o Serviço Social norte americano, conhecendo e se apropriando aos poucos da teoria social positivista.

Como marco da influência norte-americana no ensino especializado no Brasil, situa-se o Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941 em Atlantic City (USA). A partir desse evento se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais escolas de Serviço Social brasileiras com as grandes instituições e escolas norte-americanas. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p.240).

Tendo em vista atender às requisições do Estado que começava a implementar políticas na área social e atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, é que a profissão passa a almejar uma qualificação e sistematização do seu espaço sócio-ocupacional dando ênfase às questões metodológicas; buscando metodologias que tornassem a prática profissional mais eficaz. Nesta fase a classe dominante não era mais a da Igreja, não era mais a igreja que difundia a ideologia das massas, e conseqüentemente o conservadorismo, ligado a ela perde um pouco de sua força, pois a teoria positivista somente irá se agregar ao discurso cristão.

[...] esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção com as metodologias de ação com a “busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais” (YAZBEK, 2009, p.148, grifo da autora).²

É nos anos 1960, no contexto de mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, caracterizados pela expansão do capital mundial que a profissão adota uma postura questionadora mediante o Serviço Social tradicional. Esse questionamento é vivenciado no movimento caracterizado por uma necessidade de construção de um projeto profissional que norteasse a prática. A expressão desse processo de autocrítica do Serviço Social tradicional-conservador se expande na América Latina, e no Brasil são realizados vários encontros teóricos a respeito do tema como, por exemplo, o II Congresso Brasileiro de Serviço Social promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) em 1961; o Seminário Nacional sobre Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil em 1960; a XI Conferência Internacional de Serviços Sociais com o tema de Desenvolvimento de Comunidades Urbanas e Rurais em 1962; e o Seminário Regional em Porto Alegre, com o tema Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina. Esses foram alguns eventos que reuniram Assistentes Sociais

² Ver em: YAZBEK, Maria Carmelita. (ORG) Projeto de revisão curricular da faculdade de Serviço Social da PUC/SP. IN Serviço Social e Sociedade. Nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.

para o debate de novos conceitos que permeavam o ensaio para o que seria o movimento de reconceituação.

Esses encontros teóricos foram muito significativos para o rumo que a profissão tomou. O principal documento que veio a materializar o movimento de reconceituação foi o documento de Araxá. Este documento foi o resultado do 1º Seminário de Teorização do Serviço Social, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), em 1967, na cidade de Araxá em Minas Gerais. O documento de Araxá é apresentado com uma introdução, três capítulos e uma nota final.

O Capítulo I analisa os objetivos remotos e operacionais do Serviço Social, sua natureza e funções, como base em sua evolução histórica, projetando-se, no entanto, para o futuro, em perspectiva de mudança social (§ 12) [...] O capítulo II estuda a metodologia do Serviço Social, confrontando-se as concepções atuais acerca dos processos básicos ao mesmo tempo que procura identificar os elementos constitutivos de cada um, Levando, ainda, a problemática da maior rentabilidade na utilização da sua instrumentalização metodológica (§ 13) [...] O capítulo III [...] examina a adequação à realidade brasileira do Serviço Social, tal como foi conceituado e visualizado em sua dinâmica operacional (§ 14). (AGUIAR, 1995, p.113, 114 e 115).

O movimento de reconceituação teve três vertentes que nortearam o pensamento dos/as Assistentes Sociais: modernizadora, fenomenológica e marxista. A vertente modernizadora é norteadada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas. A vertente modernizadora configura-se como “um projeto renovador tecnocrático que buscava moldar a profissão às exigências sociopolíticas e integrá-la no processo de desenvolvimento, tornando-a instrumento integrador e não questionador da ordem social vigente” (YASBEK, 2009, p. 149). Já a vertente fenomenológica, propunha centrar no vivido e nas vivências dos sujeitos, rompendo, assim, com as formas de controle, ajuda, adaptação, cooptação e desajustes. Situando-se como uma proposição inovadora e de orientação psicossocial. E a última vertente, chamada de marxista, direciona a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, remetendo a novas reflexões e comprometimentos para os/as Assistentes Sociais. Iamamoto (2011, p.33) destaca que,

Diante do clima repressivo e autoritário, fruto das mudanças políticas da década de 60, os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional.

Já que os Assistentes Sociais não podiam questionar socialmente, iniciaram o processo de questionar a si mesmo, a profissão e suas metodologias. É neste período, na busca de novas teorias que pudessem embasar a profissão metodologicamente e teórico-prático que o Serviço Social entra em contato com o pensamento Marxista, usando agora não mais as fontes secundárias de autores que citavam Marx, e sim utilizando as fontes originais.

A década de 1990 para a categoria profissional representou um momento de fortalecimento para a reflexão crítica do Serviço Social, com a criação da Lei de Regulamentação da Profissão (1993), Código de Ética dos/as Assistentes Sociais (1993) e Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (1999), pois nesse momento inicia-se uma série de acontecimentos históricos que cobrou dos/as Assistentes Sociais um posicionamento e uma reflexão do contexto que estavam inseridos, foram eles: a globalização do capital, reestruturação produtiva, hegemonia do neoliberalismo, restringindo a operacionalização das políticas sociais e a consolidação da democracia na sociedade brasileira.

Percebe-se hoje, que a teoria marxista, mesmo com o passar dos anos de sua elaboração permanece atual. Isso é devido a permanência do capitalismo e seus fundamentos, da forma de acumulação de riquezas da burguesia que não mudou, mesmo com o passar dos anos. No Serviço Social existem muitas vertentes de pensamentos e teorias como a positivista, fenomenológica, marxista etc., e que são respeitadas pela categoria profissional. Contudo a teoria mais comum e escolhida em maior número pelos/as Assistentes Sociais é a teoria marxista. O Serviço Social brasileiro contemporâneo, segundo Iamamoto (2009, p.18)

Apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história.

No contexto do modelo econômico vigente hoje no Brasil, com o neoliberalismo desde a década de 90, a sociedade passou por muitas mudanças e desafios que geraram consequências para várias categorias profissionais e com o Serviço Social não foram diferentes. Dentre os desafios, pode-se destacar a questão da formação profissional.

O incentivo às instituições de ensino privado iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso e fortemente impulsionado no período do governo de Luís Inácio Lula da Silva, tiveram como desdobramento o ensino à distância (EAD) que foram ampliadas pelo país sob a aprovação do

Ministério da Educação (MEC). Segundo os cálculos de Yamamoto (2009, p 42) desde 2010 o EAD lança ao mercado de trabalho mais de 10 mil Assistentes Sociais por ano. Hoje alguns dos desafios vividos no Serviço Social é o crescimento do desemprego na área, devido ao grande número de profissionais no mercado de trabalho, o que se pode chamar de exército de reserva de Assistentes Sociais e que:

[...]dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial e estimulando [...] a precarização das condições de trabalho e a insegurança do trabalho.(IAMAMOTO, 2009, p. 42)

Outro aspecto a ser destacado é o desafio da articulação com entidades, forças políticas e movimentos sociais; a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista; o acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária; o cultivo de uma atitude crítica na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos profissionais.

2.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO COMPONENTE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Entende-se que a sociedade não é um grupo de natureza teleológica, mas os membros da sociedade produzem suas relações sociais de forma teleológica, ou seja, conduzidas para finalidades, com intensão de atingir a um objetivo. As atividades dos membros da sociedade, seja de forma coletiva ou individual, resultam muitas vezes em um projeto, que é “uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar” (NETTO, 1999, p 2). Dentre os diversos tipos de projetos, (individuais, de classes, etc.) destaca-se aqui o projeto coletivo profissional. É importante ressaltar que os projetos profissionais são construídos por um grupo que Netto (1999, p. 4) chama de *corpo profissional*, este corpo profissional é composto por profissionais da área, estudantes, instituições, pesquisadores, que permitem e dão efetividade à profissão.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro começou a ser idealizado em meados do fim da década de 70 e por toda a década de 80, quando a categoria passa a questionar e enfrentar o conservadorismo profissional, através do contato com novas correntes filosóficas que permitiram um entendimento melhor da realidade vivida e a construção de uma contra hegemonia “O sentido

da ruptura do projeto profissional está na incorporação dos valores da democracia e da justiça social, a partir de novas bases teórico-filosóficas, expressivamente [...] de cunho marxista” (SILVA, 2009, p 113). Diante deste fato ocorre neste momento uma grande produção teórica, devido a criação das pós-graduações pelo país. O Serviço Social passou a se enxergar na divisão sócio-técnica do trabalho, ou seja, a se reconhecer como uma profissão inserida no conjunto das camadas trabalhadoras. O corpo profissional da construção desse projeto foram os sindicatos e associações de Assistentes Sociais, profissionais, conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p 4).

A dimensão ético-político respalda-se na justificativa de que os projetos não se limitam em apenas direcionar e nortear uma profissão. Eles abrangem outros segmentos como opções políticas, ideológicas dos profissionais. Partindo deste entendimento, Netto (1999, p. 99) afirma que “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político profissional”.

Na área da formação profissional ocorreram mudanças significativas que direcionaram a profissão até os dias atuais. Graças ao acúmulo teórico da massa crítica do Serviço Social, a formação profissional foi redimensionada. Esse redimensionamento foi necessário para adequar a formação profissional às novas formas de enfrentamento da Questão Social.

Entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira, em suma, a construção de um novo perfil profissional. (NETTO, 1999, p 13).

Neste período, a profissão foi norteadada pelo Código de Ética vigente, o de 1986, e com o movimento para a renovação das ações e teorias da profissão este código de ética foi revisado, para agregar os novos conhecimentos, consequência da acumulação teórica da massa crítica e dos

valores da profissão. O fim da revisão aconteceu em 1993. O novo código de ética dos/as Assistentes Sociais, o de 1993, rompe com o conservadorismo na profissão.

O projeto ético-político tem sua materialidade construída em documentos que regulamentam a formação e o exercício profissional, são eles: o Código de Ética do/a Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1999).

Sobre a formação profissional em seus princípios fundamentais o código de ética dos/as Assistentes Sociais traz a garantia do pluralismo respeitando as correntes profissionais e reafirma o compromisso com o constante aprimoramento intelectual, também traz que é dever do profissional informar, esclarecer e orientar os/as estudantes na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas no código de ética vigente. Nas Diretrizes curriculares o documento chama a atenção para:

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p 1).

Os documentos que materializam o projeto ético-político da profissão orientam a categoria para o compromisso com competência profissional que só se dá a partir de um constante aperfeiçoamento intelectual, chamando à atenção para uma formação acadêmica qualificada “fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social” (NETTO,1999, p. 55).

Por fim este capítulo trabalhou a questão da formação profissional perpassando pela história da construção da profissão e tratando das consequências para o Serviço Social trazidas pelas mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no Brasil para embasar a discussão sobre a Política de Estágio em Serviço Social, que se verá em seguida.

Capítulo III - POLÍTICAS DE ESTÁGIO NO CONTEXTO DO SERVIÇOSOCIAL

Este capítulo concebe reflexões sobre a materialização da Política Nacional de Educação e elege como foco principal como o Estágio se configura em termos leais e específicos da profissão. Trata sobre as políticas de estágio no Brasil e a Lei que dispõe sobre o Estágio Curricular com destaque para os aspectos do Estágio em Serviço Social, pontuando o que os documentos que legalizam e norteiam a profissão abordam sobre o Estágio Curricular. Este capítulo também levanta questões sobre a Política Nacional de Estágio da ABEPSS que orienta e direciona como o Estágio deve se desenvolver no Serviço Social, trazendo em seguida uma exposição sobre as resoluções do CFESS que contemplam o processo do Estágio Curricular.

3.1 MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No Brasil, a educação passa a ser garantida como direito através das legislações, especialmente com a aprovação da Constituição Federal de 1988 que entre avanços ressalta os Direitos Sociais incluindo a Educação e traz em seu Artigo 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família” onde o Estado e a sociedade são responsáveis pela Educação de forma geral. Outro avanço para a legitimação da Política Nacional de Educação foi, posteriormente, a aprovação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação – LDB/1996. Além do Estatuto da Criança (8.069/90) atualizado com a Lei nº 12.010 de 2009 que prioriza em seu Artigo 53, que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

A Educação é uma atividade social, onde as relações sociais acontecem e o/a aluno/a que entra no processo da educação passa a apreender e desenvolver sua capacidade intelectual. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, existem duas categorias de educação: a básica e a superior.

Em 2001, o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional da Educação que dispõe sobre a educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, a educação superior, etc. Sobre o ensino superior o Plano traz a problemática de que

No conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileiro em relação à população de 18

a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. (BRASIL, 2001).

Em Dezembro de 2010, um projeto de um plano para a educação foi exposto intitulado de o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 que traz dentre os seus princípios a meta de melhoria da qualidade do ensino. Como o tema da pesquisa está embasada na educação superior, aqui é tratada mais especificamente sobre esta categoria de ensino. A PNE apresenta na meta 12:

[...] Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. [...] Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores. (BRASIL, 2010)

É através do Ensino Superior que o/a aluno/a apreende as condições teórico-metodológica e técnico-operativa para exercer uma determinada profissão. E que passa a ter conhecimentos diversos desde desenvolvimento das relações interpessoais até o desenvolvimento intelectual da profissão escolhida. Através da citação acima se percebe que são através dessas Leis e Planos que é materializada a Política Nacional de Educação e que uma das metas dos governos atuais é ampliar o acesso da população ao ensino superior.

3.2 POLÍTICAS DE ESTÁGIO NO BRASIL

O estágio curricular supervisionado tem como objetivo o aprendizado de competências da atividade profissional e o desenvolvimento das habilidades do/a discente contribuindo, assim, para a construção da identidade profissional do/a estagiário/a. Mas a associação entre a educação superior e o estágio nem sempre foi entendida como um processo indissociável como nos dias atuais.

As origens do estágio no Brasil, sem dúvida, estão ligadas ao desenvolvimento do ensino superior. A criação dos cursos superiores no Brasil só deu início depois da vinda da família real para o Brasil

com a criação dos primeiros cursos de medicina e cirurgia³. Neste contexto, a educação superior era vista de forma industrial, profissionalizando as pessoas para a produção.

Foi no período da década de 40 que surgiu no Brasil a primeira legislação referente ao estágio que normatizou as bases de organização e de regime do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073/1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial) onde “segundo o seu art. 47, o estágio consistia em um período de trabalho realizado pelo aluno, sob o controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial” (CNI/IEL, 2010, p 19).

Já na década de 1960, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social sanciona a Portaria n. 1.002/1967 que determinou que os estagiários têm que estabelecer um contrato. Nesse contrato deve conter a carga horária prevista e a duração do estágio. No decorrer da história brasileira, a Lei que regulamenta o estágio sofreu alterações através dos decretos e das leis como os:

Decreto no 66.546/1970 – previu o estágio de estudantes de ensino superior de áreas prioritárias, especialmente, as de engenharia, de tecnologia, economia e administração em órgãos públicos e privados. Lei no 5.692/1971 – estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e previu o estágio como forma de cooperação entre empresas e escolas. Decreto no 69.927/1972 – instituiu a Bolsa de Trabalho, cujos beneficiários eram considerados estagiários. Decreto no 75.778/1975 – disciplinou o estágio no serviço público federal. (CNI/IEL, 2010, p 18 e 19).

É a partir de 1977, com a aprovação da Lei 6.494/77, e as sucessivas leis e decretos Decreto 87.497/82, Lei 8.859/94, Lei 9.394/96, Decreto 2.080/96, Lei 11.788/2008, que o Estágio no Brasil passa a ser entendido como “[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos” (art. 1º da Lei nº 11.788/2008).

É depois da Lei que Regulamenta o Estágio no Brasil (Lei 11.788/2008), que o Estágio passa a fazer parte do projeto pedagógico de cada curso. Define também que estagiários/as são todos aqueles que frequentam o “ensino regular em instituições de educação superior, de educação

³ Ver em: MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cir. Bras. vol.17 suppl.3, São Paulo, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso > acesso em Setembro de 2014.

profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos” (CNI/IEL2010, p. 75).

O Estágio se configura como obrigatório ou não, conforme determinação das diretrizes curriculares de cada fase do ensino. O Estágio obrigatório é aquele que para a sua realização a carga horária é requisito imprescindível para a provação e obtenção do diploma, conseqüentemente, o Estágio não obrigatório é aquele realizado como atividade opcional.

A Lei dispõe também sobre as obrigações das partes envolvidas no processo de Estágio são elas: a instituição de ensino, o estagiário/a e a parte concedente que é quem oferece o Estágio. Nesse contexto se destacam algumas obrigações da instituição de ensino, tais como: elaborar o termo de compromisso com o estagiário/a, avaliar as instalações da parte concedente do estágio, entre outras.

Da parte do/a estagiário/a destacam-se: a carga horária do estágio para nível superior não pode ultrapassar ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Esse horário deve ser acordado com a parte concedente.

Das obrigações da parte concedente, destacam-se: elaboração de um termo de compromisso para a instituição de ensino, bem como para o/o estagiário/a; oferecer instalações que propicie condições necessárias para o/a estagiário/a desenvolver as atividades e por fim contratar para o/a estagiário/a seguro contra acidentes pessoais.

3.3 ASPECTOS DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

É de fundamental importância pensar o Estágio em Serviço Social indissociável das cadeiras curriculares ditas como teóricas e, apreendê-lo como um espaço que possibilita uma prática fundamentada nas teorias já estudadas onde o confronto com a realidade potencializa o processo de análise crítica do discente, abrindo um leque de possibilidades para a atuação profissional.

[...] o estágio supervisionado é imprescindível na formação do assistente social. Este é concebido como uma situação processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, é o *lôcus* apropriado onde o aluno desenvolve a sua aprendizagem prática, o seu papel profissional, a sua responsabilidade, o seu compromisso, o espírito crítico, a consciência, a criatividade e demais atitudes e habilidades profissionais esperadas em sua formação. (BURIOLLA, 1999, p. 79).

Como citado no capítulo primeiro desta monografia, os documentos que dão materialidade ao Projeto Ético Político da profissão que orientam, norteiam e direcionam a ação profissional são o Código de Ética do/a Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996), os quais contém pontos específicos para dar legalidade e legitimidade ao Estágio Supervisionado em Serviço Social.

As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social na definição de competências e habilidades pontua que é de competência privativa profissional de Serviço Social, supervisionar diretamente estagiários/as de Serviço Social. É importante relacionar e entender as dimensões investigativas e interpretativas, pois pelas Diretrizes e Bases é vista como um princípio que afeta de forma direta a formação profissional. As diretrizes curriculares do Serviço Social, normatiza que o Estágio deve ser desenvolvido durante o processo de formação com o desenvolvimento das diferentes disciplinas curriculares e define estágio como:

Uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir de inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (ABESS, 1999).

Tomando como base de que o processo de formação profissional está ligado diretamente ao Projeto Ético-Político da profissão e compreendendo o Estágio Supervisionado como parte da formação profissional, entende-se que o mesmo está vinculado também à perspectiva legal da profissão, ou seja, submetido a Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão, bem como o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais.

Na Lei de Regulamentação da Profissão (1993), assim como nas Diretrizes e Bases, privatiza a supervisão direta de estagiários/as de Serviço Social apenas para Assistentes Sociais. Afirma também que é dever das Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua Região através de um documento contendo quais os campos de estágio dos alunos, os/as Assistentes Sociais responsáveis pela supervisão. Ressalta também que apenas podem ser supervisores de estágio, Assistentes Sociais que estejam em pleno gozo de sua atividade profissional.

Já o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais (1993), designa entre outras situações que é proibido aos/às Assistentes Sociais realizar a supervisão de estagiários/as de Serviço Social que não tenham em seu quadro Assistente Social que faça o acompanhamento necessário ao/a estagiário/a, e normatiza que é dever do Assistente Social manter os/as estagiários cientes das normas do Código de Ética do Serviço Social.

3.4 A POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ABEPSS

Segundo o Estatuto da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (2008, p. 1), “na perspectiva de propor e coordenar a política de formação profissional”, a ABEPSS se compromete por fundamentar uma Política Nacional de Estágio (PNE) em Serviço Social.

A construção da política foi indicada pela ABEPSS através de um relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social que foi elaborada em 2008. As principais situações que precisavam de atenção segundo a pesquisa avaliativa foram:

A reflexão sobre a relação da quantidade de estudantes estagiários por supervisor e a qualidade do processo pedagógico; a necessidade de ampliação dos fóruns de supervisores de estágio [...], a intensificação da fiscalização dos CRESS em relação à supervisão de estagiários vinculados a cursos de graduação à distância em Serviço Social [...]. (RAMOS, 2007, p.17).

O processo de construção e discursão da Política teve seu início logo após a divulgação do documento base instituído pela ABEPSS⁴. A partir dessa divulgação iniciou-se um debate coletivo em todos os eventos do Serviço Social que acontecia pelo Brasil, através das discursões os/as profissionais puderam enviar propostas para a construção efetiva da Política. A versão final foi escrita de acordo com o documento base, e as contribuições dos/as profissionais e dos relatórios das oficinas regionais que foram realizadas pela ABEPSS em cada região do país totalizando seis oficinas e tendo como número total 4.445 participantes

⁴ Na Gestão 2009-2010.

A PNE em Serviço Social não tem força de lei, mas tem o fundamento necessário para dar continuidade a construção da discussão sobre a formação acadêmica e seus desafios, trazendo um dos seus principais pontos a participação efetiva das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs).

As UFAs precisam aderir aos parâmetros norteadores da PNE em Serviço Social pelo compromisso com a qualidade e efetividade do processo de formação profissional, especificamente do Estágio Supervisionado, a PNE oferece legitimidade para a construção das políticas de estágio internas de cada unidade de ensino em Serviço Social.

A PNE em Serviço Social é um documento dividido em seis tópicos contendo a apresentação, à universidade e a questão do estágio, os princípios norteadores da realização do estágio, a concepção de estágio supervisionado, atribuições dos sujeitos e instâncias envolvidas no estágio supervisionado e as estratégias de operacionalização do estágio supervisionado.

Na *apresentação do documento*, é exibida uma discussão do processo de construção da PNE trazendo como eixo principal o que motivou a construção da Política elencando como motivo principal “a necessidade da articulação das entidades representativas da categoria em torno da defesa do estágio qualificado” (ABEPSS, 2010, p. 3). Complementa também a contextualização histórica do momento vivido com a ampliação do ensino não presencial e suas implicações na qualidade da formação profissional onde a ABEPSS identificou o descumprimento em relação ao estágio ao que se é determinado pelas Diretrizes Curriculares. Assina-la, também, como incentivador da construção da PNE, a aprovação da lei 11.788/2008 e a resolução nº 533 de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que será detalhada em tópico seguinte. Foi neste contexto que a diretoria da ABEPSS

[...] indicou como uma das ações prioritárias da gestão 2009/2010 a construção da PNE, em consonância com os anseios profissionais na direção do enfrentamento dos inúmeros desafios com os quais a categoria se defronta, neste contexto de hegemonia do capital e de suas regressivas contra-reformas, dentre elas a universitária. (ABEPSS, 2010, p. 4).

Já no segundo tópico, intitulado a *Universidade e a Questão do Estágio: Tensões e Desafios* discute a crise do Estado e da educação superior enfatizando o processo de estabelecimento do neoliberalismo e de que maneira isto refletiu na educação superior onde se tem o processo de mercantilização do conhecimento.

Diante deste fato, o Serviço Social a partir dos fundamentos teórico-metodológicos permite a seus discentes a apreensão dialética da totalidade histórica e que deve garantir a compreensão do significado sócio-histórico da profissão, e diante do contexto, entende que a mercantilização do ensino superior traz consequências para à qualidade da formação profissional e que por muitas vezes esse processo prejudica a concepção da análise da realidade crítica e quando essa concepção crítica é prejudicada em seus fundamentos, há o rebate no momento da prática estudantil com destaque para o Estágio Curricular.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p 11).

No que se refere aos *Princípios Norteadores da Realização do Estágio*, expõe questões pontuais sobre os princípios embasados pelo Código de Ética dos/as Assistentes Sociais (1993) lembrando que os princípios, “a defesa da liberdade, democracia, cidadania, justiça, direitos humanos, combate ao preconceito” (ABEPSS, 2010, p. 12), entre outros que constituem o Código de Ética, devem guiar as ações profissionais dos/as Assistentes Sociais e também no momento do Estágio. Outros princípios ainda são citados no documento a exemplo:

Indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, [...] a articulação entre Formação e Exercício Profissional, [...] a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, [...] articulação entre universidade e sociedade, [...] unidade teoria-prática, [...] a interdisciplinaridade [...] e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (ABEPSS, 2010, p 14).

A discussão sobre a *Concepção de Estágio Supervisionado* refere-se ao Estágio Supervisionado como um meio de “oportunizar ao/a estudante o estabelecimento de relações mediadas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional [...]” (2010, p. 14). Oportunizando assim, o desenvolvimento das competências para exercer o cotidiano profissional, entendendo o contexto político-econômico-cultural. Expõe, também, sobre o processo de supervisão do estágio que configura-se em um processo coletivo de ensino e aprendizagem onde se realiza

Observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliativa do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as)). (ABEPSS, 2010, p 15).

O documento pontua ainda, que o Estágio é um momento importante e que os sujeitos desse processo devem estar atentos às questões conjunturais que possam dificultar esta fase da formação e assinala como possíveis desafios “a precarização nos campos de estágio e nas instituições de ensino [...] a bolsa estágio [...], a massificação do processo de supervisão acadêmica [...]” (2010, p. 15).

O documento traz a diferença do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório. O Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório se caracteriza por estar associado ao projeto político profissional e as condições legais de acordo com o Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e da Resolução nº 533/2008 do CFESS. O estágio curricular obrigatório implica em supervisão direta e em uma série de atividades que o estagiário precisa desenvolver obrigatoriamente.

Já o Estágio Supervisionado Curricular Não-Obrigatório orientado pela Lei 11.788/2008 na graduação de Serviço Social, caracteriza-se como atividade complementar opcional e é acompanhado, coordenado e elaborado pelas UFAs que devem estar especificados no projeto político-pedagógico do curso. Essa modalidade de estágio é muitas vezes regida pela lógica do capital caracterizando o/a estagiário/a como mão-de-obra barata tirando de si a configuração educativa do processo de estágio.

O item subsequente dispõe sobre as *Atribuições dos sujeitos e instâncias envolvidas no estágio supervisionado curricular obrigatório*, são os sujeitos: supervisores/as acadêmicos/as) e de campo e estagiários/as.

O processo de supervisão do estágio curricular obrigatório segundo o documento se configura em dois distintos processos, porém indissociáveis. Um é a supervisão acadêmica que é realizada por um docente do curso de Serviço Social da instituição de ensino.

Aos(às) supervisores(as) acadêmicos(as) compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões

teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. (ABEPSS, 2010, p 19).

Dentre os onze itens que a Política pontua como as atribuições do/da supervisor/a acadêmico/a, destacam-se:

- ✓ Instruir os estagiários/as e os supervisores/as de campo em relação a Política de Estágio interna da instituição de ensino, bem como os estagiários/as quanto à elaboração do Plano de estágio.
- ✓ Monitorar os trabalhos práticos que os estagiários/as efetuam no campo de estágio através de reuniões tanto em território acadêmico como no próprio campo de estágio.
- ✓ Planejar o encontro entre supervisores/as de campo na instituição de ensino.
- ✓ Auxiliar os/as estagiários/as no seu processo de estágio inclusive em termos de documentação exigida para a realização do mesmo.
- ✓ Recolher e averiguar as frequências dos/das estagiários/as bem como a correção dos documentos solicitados ao longo do estágio como requisito avaliativo da disciplina.

Já o/a supervisor/a de campo acompanha diretamente as atividades desenvolvidas pelo estagiário/a em campo.

Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágios; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão. (ABEPSS, 2010, p 19).

Dentre os quatorze itens que a Política pontua como as atribuições do/a supervisor/a de campo destaca-se:

- ✓ Informar à instituição de ensino através da coordenação de estágio sobre as vagas disponíveis para receber os/as estagiários/as, sendo definido previamente de acordo com o calendário acadêmico da instituição o período de início do estágio.
- ✓ Entregar à coordenação de estágio o plano de trabalho do Serviço Social contendo nele o plano de supervisão de estágio.

- ✓ Propiciar a chance e espaço institucional para que os/as estagiários/as desenvolvam as atividades que foram definidas e aprovadas previamente com os/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo.
- ✓ Ajudar na construção do plano de estágio dos/as estagiários/as.
- ✓ Organizar reuniões individuais ou em grupo com os/as estagiários/as para acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.
- ✓ Integrar-se no processo avaliativo dos/as estagiários/as juntamente com o/a supervisor/a acadêmico/a.
- ✓ Estar presente nos encontros promovidos pela instituição de ensino referente ao estágio e processo de formação continuada profissional.
- ✓ Controlar a frequência dos/as estagiários/as.

O/A estagiário/a é o sujeito que entra no processo com bagagem teórico-metodológica e necessita articular os conhecimentos apreendidos na academia e fazer uma leitura crítica da realidade vivenciada no período de estágio. A política define o/a estagiário/a como:

[...] sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (ABEPSS, 2010, p 20).

Além da definição a Política traz as atribuições dos/as estagiários/as que totalizam dez podendo ser destacadas:

- ✓ Prestar atenção ao compromisso ético-político com a profissão, bem como as normas de estágio da instituição de ensino.
- ✓ Propor atividades, sugestões para melhor aproveitamento do estágio.
- ✓ Estagiar com compromisso se posicionando técnico e político diante das atividades realizadas no estágio.
- ✓ Estagiar de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social. Entender que o estágio curricular obrigatório é uma etapa da formação profissional.

Além das atribuições e definições de cada sujeito do processo do estágio, a Política aponta atribuições referentes à Coordenação de Estágio “vista como esfera de organização e gestão da política de estágio [...] cabe à esta coordenação atuar diretamente articulada às coordenações dos cursos [...]” (2010, p. 24). Elenca também como competência da Coordenação de Estágio:

- ✓ Apresentar normas de forma geral para a instrumentalização da política interna da instituição.
- ✓ Avaliar a evolução do estágio.
- ✓ Fazer articulação com as instituições que poderão se tornar campos de estágio prestando atenção ao plano de trabalho do serviço social, que contem as atividades e propostas relacionadas ao estágio para a garantia de uma boa qualidade desse processo.
- ✓ Fazer contato a cada semestre com as instituições que são conveniadas à instituição de ensino para a realização do estágio.
- ✓ Apresentar e reexaminar as propostas dos documentos modelos de plano de estágio, projeto de intervenção e os processos de avaliação do estágio.
- ✓ Oferecer juntamente com o/a supervisor/a acadêmico/a uma apresentação dos campos de estágio para os futuros estagiários.
- ✓ Acatar as normas dos Conselhos Regionais e cumprir com as diretrizes da resolução 533/2008.
- ✓ Promover e elaborar o Fórum de Supervisores/as.

Por fim, o último tópico da Política trata das *Estratégias de operacionalização do Estágio supervisionado*. Sem dúvida no que diz respeito à operacionalização do estágio as UFAs têm um papel de fundamental importância e se submetem a exigências pedagógicas para um bom funcionamento e aproveitamento do Estágio, levando em consideração os preceitos da PNE em Serviço Social como norteador. Portanto, a Política expressa de forma geral que o processo de estágio deve:

[...] impulsionar a articulação dos conteúdos que compõe os diversos componentes curriculares, abrangendo a concepção de estágio e supervisão e sua importância no processo de formação profissional: a apreensão da realidade dos campos de estágio e da dinâmica da atuação do (a) assistente social nestes espaços sócio-institucionais; a construção, operacionalização e avaliação de projeto de intervenção, a elaboração de relatório técnico-científico da experiência de estágio. (ABEPSS, 2010, p 27).

A ABEPSS, através da PNE, indica que cada UFA construa sua política de estágio de acordo com a legislação em vigor e com a PNE em Serviço Social, bem como apresente aos alunos/as e sujeitos envolvidos no processo de estágio.

As diretrizes curriculares sugerem que o estágio curricular obrigatório deve ser desenvolvido entre 02 e 04 semestres, sendo estes os últimos anos do curso da graduação. A orientação sobre a carga horária é que não deve ultrapassar as 30h semanais, segundo a lei do estágio, além das horas de supervisão acadêmica que devem totalizar 03 horas/aula semanais.

A Política ainda se preocupa em relação aos estudantes trabalhadores e deixa a critério das políticas de estágio de cada UFA estabelecer suas estratégias para se certificar que esses alunos não se prejudiquem, lembrando que o processo de estágio e as exigências são as mesmas para esses casos.

Dentre os documentos que os/as estagiários/as devem elaborar em processo de estágio sob a supervisão de supervisores/as acadêmico/a e de campo, está o plano de estágio que deve conter:

[...] os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo durante o semestre ou ano letivo. Precisa contemplar a articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Esse instrumento servirá como norteador do processo de ensino-aprendizagem a ser construído com a participação dos três sujeitos envolvidos (supervisor(a) acadêmico(a) supervisor(a) de campo e estagiário(a)). (ABEPSS, 2010, p. 33).

Além do Plano de Estágio, os/as estagiários/as necessitam elaborar um relatório de estágio que faz parte do processo avaliativo, constituem também como atividades a se desenvolverem no Estágio “diários de campo, relatórios processuais, visitas domiciliares e institucionais projetos de investigação e intervenção, participação de seminários e elaboração de relatório semestral [...]” (2010, p. 34).

A PNE em Serviço Social ainda pontua sobre questões relativas ao compromisso que os campos de Estágio devem ter no sentido da qualificação para a realização do período de Estágio Curricular, pois dentre as mudanças que o neoliberalismo trouxe o aumento das escolas de Serviço Social e conseqüentemente do número de alunos trouxeram questões que necessitam de uma atenção especial, onde a PNE pontua que:

[...] as denúncias descrevem as disputas por vagas de estágio em troca de material de consumo e outras formas de “clientelismo”, que são acirradas de maneira perversa em

algumas Unidades presenciais e com maior ênfase nas unidades não presenciais [...]. (ABEPSS, 2010, p 34).

Por fim, a PNE orienta que para o enfrentamento dessas questões e para o fortalecimento da Política é necessário o processo de reavaliação constante do período de Estágio, bem como a promoção dos encontros de supervisores de forma geral entre outros. Reforça também a importância da criação de comissões de estágio nas próprias UFAs.

3.4.1 Considerações sobre as Resoluções 493/2006 e 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social

Desde 2003, a discussão acerca do Estágio Supervisionado está na pauta do CFESS, mas foi em Agosto de 2006 que o CFESS publicou a resolução 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional trazendo uma preocupação para que o exercício profissional ocorra de forma qualificada. Refere-se também sobre as responsabilidades do/a Assistente Social. A resolução apresenta ainda as condições adequadas para o atendimento e discorre sobre o papel orientador e fiscalizador dos CRESS. Esta resolução inicia as orientações sobre o processo do exercício profissional que rebate no momento de Estágio tendo em vista que para que um espaço sócio-ocupacional seja um campo de Estágio qualificado, faz-se necessário garantir todas as condições apresentadas na resolução 493/2006.

Em Setembro de 2008 o órgão federativo publicou uma resolução que regulamenta a supervisão direta de Estágio em Serviço Social. A construção dessa resolução não se deu de forma isolada no CFESS, visto que foram aceitas e analisadas as contribuições dos CRESS de cada região através de uma comissão criada que teve representantes do CFESS e um representante de cada Conselho Regional. Os relatórios enviados a essa comissão continham muitas sugestões e um dos principais problemas abordados foi a respeito da dificuldade da fiscalização dos profissionais.

A resolução apresenta competências de alguns dos sujeitos do Estágio Supervisionado, destacando que é de competência das instituições de ensino/coordenação do curso encaminhar aos CRESS de sua respectiva região, um documento que contenha as informações sobre o campo de estágio e o endereço, bem como os contatos dos campos credenciados.

No documento deve conter também a identificação pessoal e número de registro no CRESS dos supervisores/as de campo e acadêmico, além da identificação dos/as estagiários/as e seus

respectivos semestres de graduação. Pontua, também, que a supervisão direta do estágio em Serviço Social é atividade privativa dos/as Assistentes Sociais que devem estar devidamente regulamentados e inscritos no CRESS de sua região. Destaca-se a competência da fiscalização que, segundo a resolução em seu Parágrafo 6º, ressalta que “Compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social a fiscalização do exercício profissional” (CFESS, 2008, p. ?).

A construção dessa Resolução foi de extrema importância para a categoria profissional e para a formação profissional, pois através dela a profissão tem uma ferramenta que defende e garante a conjuntura necessária ao desenvolvimento do Estágio e ao exercício legal da profissão.

Capítulo IV - ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FACULDADE ASCES, CARUARU, PE

Este capítulo tem como foco central a prática do Estágio Supervisionado na dinâmica regional de Caruaru. Compreende uma exposição sobre o curso de Serviço Social da Faculdade ASCES, fazendo uma caracterização considerando o contexto regional. Assim, intenta compreender como se desenvolve o processo de Estágio Supervisionado na referida faculdade. Nessa direção traz os principais desafios e potencialidades identificados pelos/as supervisores/as acadêmicos e de campo. Por fim, apresenta algumas dificuldades identificadas nas falas dos sujeitos da pesquisa e as potencialidades na ótica dos/as estagiários/as do Curso de Serviço Social da Faculdade ASCES.

4.1 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FACULDADE ASCES NO CONTEXTO DO AGRESTE PERNAMBUCANO

A Faculdade ASCES está localizada na Região de Desenvolvimento do Agreste Central de Pernambuco, no município de Caruaru. Essa região é formada por 26 (vinte e seis) municípios e tem uma população de 1.048.968, segundo o censo demográfico do IBGE (2010), sendo que 807.285 habitantes na área urbana e 241.683 na zona rural. Dentre os municípios que compõem a Região do Agreste Central, destaca-se Caruaru. A cidade dista 132 km do Recife e é o município de maior população do Agreste e de todo o interior de Pernambuco.

O município de Caruaru é uma cidade que faz parte da Mesorregião do Agreste Pernambucano e pertence a Microregião do Vale do Ipojuca. Segundo dados do IBGE a população total da cidade em 2014 é de 342.328 mil habitantes.⁵

A fundação da cidade não difere do que era comum no Brasil na época, pois se desenvolveu a partir da construção de uma antiga fazenda na área que foi concedida em forma de sesmaria à família Rodrigues. Mais tarde a fazenda, já administrada por José Rodrigues de Jesus (filho do fazendeiro que a construiu), começa a se transformar em povoado depois da construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e aos poucos os trabalhadores da fazenda e outras pessoas atraídos pela construção da Igreja foram construindo suas casas ao redor da fazenda Caruaru.

⁵ Ver em IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260410>> Acesso em Outubro de 2014.

A cidade foi oficializada em 18 de Maio de 1857, e devido a sua posição geográfica situada no centro do Agreste Pernambucano, Caruaru sempre foi cidade polo por ser uma cidade com características de Capital no interior de Pernambuco, sendo desde então um ponto de encontro para comerciantes das cidades circunvizinhas que se dirigiam à cidade para a atividade do comércio.

Nota-se, no discorrer de nossos historiadores, que as cidades do interior de Pernambuco, preocupavam-se na realização de suas vidas com as operações mercantis.[...] Caruaru daquela tempo despontava como um grande centro criatório de gado bovino, tornando-se famosa, com uma das maiores do País, sua feira de gado. Os brejos de Caruaru produziam frutas e verduras em abundância, trazidas ao seu mercado livre [...]. (FERREIRA, 2006).

Foram vários momentos que marcaram a história do desenvolvimento da cidade, como por exemplo, a construção da linha férrea que teve sua inauguração no ano de 1895 e ligava o município à Capital Pernambucana Recife. Destaca-se também o funcionamento da Fábrica de Algodão que mais tarde em 1935, mudou de ramo se tornando a famosa Fábrica do Caroá.

Desde sua fundação Caruaru se destaca no comércio, nos serviços médico-hospitalares, festas tradicionais juninas, feiras livres e no plano educacional. Na década de 1950 a cidade começa a receber alguns profissionais liberais como médicos (25 profissionais), dentistas (16 profissionais), advogados (20 profissionais), farmacêuticos (5 profissionais), engenheiros (4 profissionais), agrônomos (3 profissionais) e veterinário (1 profissional)⁶. A partir da chegada desses primeiros profissionais, o pensamento sobre a educação foi se modificando em Caruaru, a cada ano, mais jovens começavam a almejar o ensino universitário, saindo do convívio familiar para ter acesso às faculdades em outras cidades. A ideia do estudo começou a ser difundida entre os cidadãos caruaruenses.

Hoje a Cidade é polo em questão do ensino superior e referência para quem busca esta modalidade de ensino no interior de Pernambuco. Caruaru conta com 19 instituições⁷ de ensino superior cadastradas no Ministério da Educação entre modelos de ensino presencial e modelos de

⁶Ver em: FERREIRA, Darley de Lima. Caruaru e sua Faculdade de Direito. João Pessoa. Ed. Ideia, 2006. p 32.

⁷ Até a data de revisão da monografia (04/12/2014) as instituições cadastradas no MEC e expostas no site eram: Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIVIP), Centro Universitário Internacional (UNINTER), Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Faculdade ASCES (ASCES), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC SALVADOR), Faculdade Educacional da Lapa (FAEL), Faculdade Maurício de Nassau de Caruaru (FMN CARUARU), Instituto Unificado Europeu do Brasil (IUNEBRASIL)(descredenciada segundo o site do Ministério acessado em 04/12/2014), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Universidade Anhaguera (UNIDERP), Universidade Castelo Branco (UCB), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade Paulista (UNIP), Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Universidade Salvador (UNIFACS). (Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>)

ensino à distância.⁸ As que ofertam o curso de Serviço Social em Caruaru são seis instituições de ensino superior entre presencial e à distância. Uma das seis instituições que ofertam o curso de Serviço Social é a Faculdade ASCES que recebe alunos vindos dos municípios circunvizinhos que fazem parte do Agreste Meridional e Setentrional, além dos que fazem parte do Agreste Central.

A *Região do Agreste Central* é composta por 26 municípios (Ilustração 02). Dentre eles, destaca-se Caruaru que dista 132 km do Recife. É o município mais populoso desta Região de Desenvolvimento (RD) e de todo interior do estado de Pernambuco. Cidade com desenvolvimento na área do comércio comprovada pela presença de indústrias, bem de consumo e pelo artesanato. Caruaru tem uma posição de destaque no contexto do desenvolvimento econômico do estado. Dentre os desafios que a Região Central tem que enfrentar podendo ser destaca: investimentos em abastecimento d'água e saneamento, melhoria das vias que ligam o agreste e o sertão, além dos problemas como a pobreza, desemprego e degradação do meio ambiente.

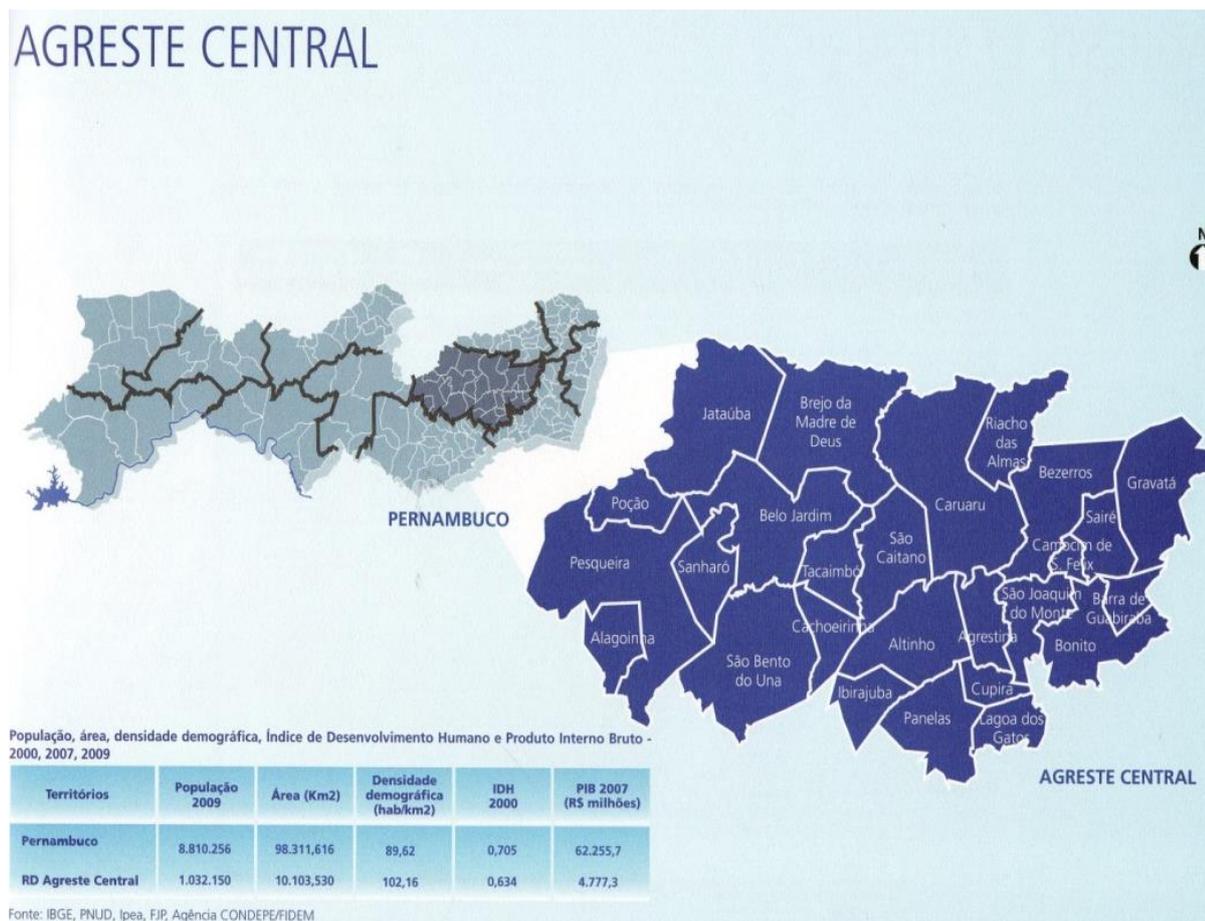


Ilustração 02 – Municípios da Região de Desenvolvimento do Agreste Central

⁸ Ver em: BRASIL, Ministério da Educação. 2014. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em Outubro de 2014.

Fonte: CONDEPE/FIDEM (2009).

Já a *Região de Desenvolvimento do Agreste Setentrional* é composta por 19 municípios (Ilustração 03), com destaque para os municípios de Limoeiro e Surubim, cidades com maior influência funcional urbana. (CONDEPE/FIDEM, 2009).

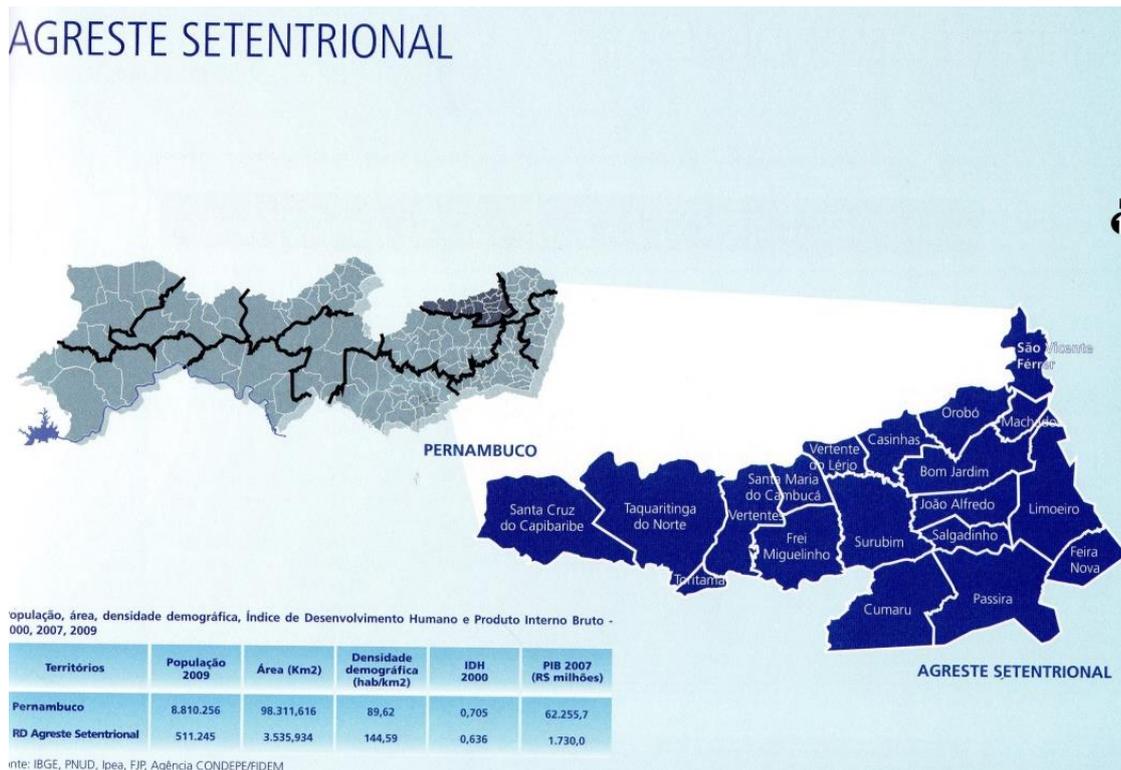


Ilustração 03 – Municípios da Região de Desenvolvimento do Agreste Setentrional
Fonte: CONDEPE/FIDEM (2009).

Entre os desafios da Região, merece destaque a necessidade de melhorar os indicadores socioambientais, a segurança pública, a infraestrutura urbana, a degradação ambiental e a poluição dos recursos hídricos, especialmente na bacia do Capibaribe que tem sido muito impactado com o despejo das confecções e o desmatamento para uso de lenha para fins energéticos. (CONDEPE/FIDEM, 2009).

A *Região de Desenvolvimento do Agreste Meridional* é formada por 26 municípios (Ilustração 04). Dentre eles destaca-se Garanhuns com o centro mais diversificado da Região, constituindo-se polo de 32 municípios. Assim, é um centro regional de saúde e educação.

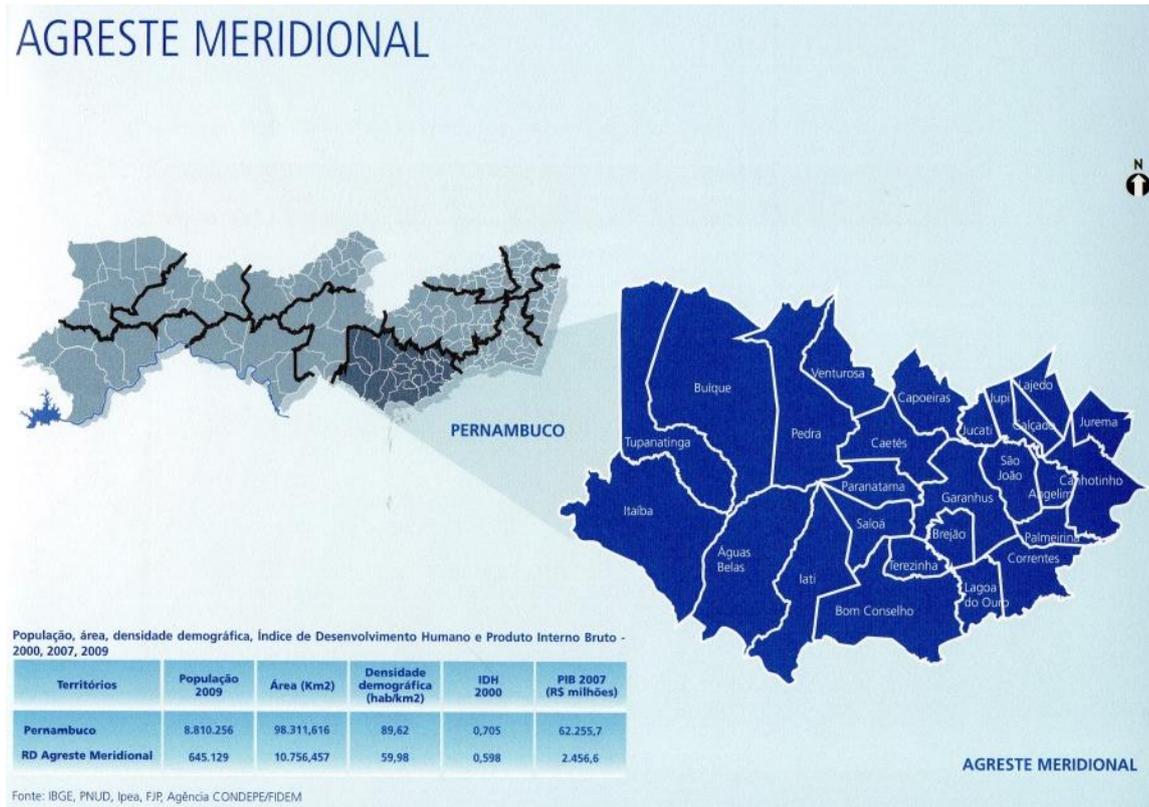


Ilustração 04 – Municípios da Região de Desenvolvimento do Agreste Meridional
Fonte: CONDEPE/FIDEM (2009).

Os desafios a ser enfrentados não diferem das demais regiões do Agreste. Nesse sentido, merece ser destacada a necessidade de melhorar as condições de vida da população com ações nas áreas da saúde, educação, saneamento, habitação e meio ambiente e renda.

Nessa perspectiva, a Faculdade ASCES foi criada com o intuito de contribuir no processo de desenvolvimento da Região Agreste de Pernambuco. Fundada e idealizada nos anos 50 pelo Professor Tabosa de Almeida. A criação da Instituição e autorização do MEC dos primeiros cursos (Direito e Odontologia) foi através Decreto Federal n.º 45.816, de 16 de Abril de 1959 (FERREIRA, 2006).

Durante 43 anos, a Faculdade ASCES tinha apenas os cursos de Direito e Odontologia. Foi em 2002 que foram trazidos os cursos de Biomedicina, Educação Física e Fisioterapia. Nos anos seguintes a oferta de cursos aumentou. Em 2005 a ASCES incluiu na lista dos cursos oferecidos, os cursos de Farmácia e Enfermagem, segundo o web site da Faculdade ASCES.

Em 2010, foram criados os cursos de Administração Pública, Relações Internacionais, Engenharia Ambiental e Serviço Social e em 2011, o curso de Educação Física-Licenciatura. Hoje a Faculdade ASCES oferta quatorze cursos de graduação, além de sete cursos técnicos em áreas diferentes, além de vinte e sete cursos de Pós graduação entre as três áreas de saúde, humanas e engenharia.

Temos a certeza de que, através do profissional que formamos, da responsabilidade social com a qual temos atuado no Agreste de Pernambuco, da pesquisa, da extensão e das nossas publicações científicas, continuaremos contribuindo para o desenvolvimento regional. (BARROS, 2004, p. 8).

A Faculdade ASCES é hoje uma referência do saber no Interior de Pernambuco, abraçando discentes de muitas cidades circunvizinhas de Caruaru. A graduação em Serviço Social da Faculdade ASCES fornece através do tripé ensino, pesquisa e extensão, as condições necessárias para que o/a discente possa compreender e analisar a realidade social em que vive a partir de uma perspectiva crítica e percebendo todas as particularidades do mundo onde está inserido. Deste modo, a formação em Serviço Social visa qualificar os discentes para o mercado de trabalho para que sua ação profissional colabore para a mudança da conjuntura social de desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, na grade curricular do curso estão presentes as disciplinas: filosofia, teoria política, sociologia, antropologia, além de outras específicas do Serviço Social e eletivas. Estas disciplinas contribuem para o desenvolvimento da capacidade teórico-metodológico e ético-político dos/as discentes para a formação de uma visão histórica, crítica e propositiva e para a análise da realidade social.

O curso de Serviço Social da ASCES foi o primeiro da categoria presencial da região do Agreste Pernambucano, trouxe, dessa forma, um diferencial para a cidade e os municípios vizinhos. Teve seu primeiro vestibular em 2009 e em 2010 a primeira turma iniciou a graduação. Curso tem a duração de quatro anos. O curso forma Assistentes Sociais que são profissionais capacitados para a elaboração, planejamento, execução e avaliação dos programas, projetos e políticas sociais.

4.2 OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO EM CARUARU

A relação teoria-prática em Serviço Social é indissociável na formação acadêmica e essa vem sendo objeto de reflexão de muitos profissionais e pesquisadores. Destarte, esse tópico visa discutir essa questão, relacionando com o estágio supervisionado e em especial, o da Faculdade ASCES.

4.2.1 O estágio supervisionado em Serviço Social da ASCES

A dinâmica de organização do Estágio em Serviço Social da Faculdade ASCES correnponde a 520 horas divididas em dois semestres letivos, sendo dividida esta carga horária em duas disciplinas em 260 horas a cumprir em cada semestre.

Segundo as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, a graduação tem disciplinas específicas para o desenvolvimento do estágio supervisionado. São as disciplinas de seminários temáticos I e II e Estágio Curricular I e II.

A disciplina de seminários temáticos desempenha a função de proporcionar aos discentes um maior entendimento sobre o campo de estágio, bem como a sua dinâmica de funcionamento institucional e as políticas gerais sobre as respectivas áreas do campo de estágio. A metodologia da disciplina é no formato de seminários, exposições, palestras que, além de proporcionar um aprofundamento do/a discente na área, possibilita aos discentes a oportunidade de conhecer diferentes campos de estágio.

Já as disciplinas de Estágio I e II tem um papel prático do estágio supervisionado, onde o/a discente começa a fazer parte de campo de estágio interagindo com a instituição, demais profissionais e a comunidade que faz uso do serviço oferecido pelo campo de estágio.

É nesta disciplina que são desenvolvidas atividades entre o/a supervisor/a acadêmico e os discentes. Nas aulas teórico-práticas são trabalhadas de forma geral, bem como são tratados aspectos característico do momento do estágio supervisionado. Além disso, a disciplina ainda abarca o processo avaliativo, momento em que a supervisora acadêmica realiza as avaliações juntamente com o/a supervisor/a de campo e estagiário/a através de reuniões, visitas, etc.

Essas disciplinas no Curso de Serviço Social da ASCES são iniciadas no 6º período da graduação, sendo nesse período as disciplinas de Seminários Temáticos I e Estágio I e no 7º período são cursadas as disciplinas de Seminários Temáticos II e Estágio II, segundo a estrutura curricular⁹ do Curso de Serviço Social. É ao longo dessas disciplinas que os/as discentes elaboram documentos que expõe de forma clara a dinâmica como o Estágio Supervisionado se desenvolve. Esses documentos são:

- ✓ Plano de estágio: deve conter a identificação do campo de estágio, fundamentação teórica da área/instituição, as atividades que o aluno pretende realizar, etc.
- ✓ Projeto de Intervenção: deve conter uma atividade que o/a estagiário/a desenvolverá durante o período de estágio. Sendo especificado a relevância da atividade, justificativa e a atividade a ser desenvolvida de forma detalhada. Vale ressaltar que a atividade escolhida para desenvolver deve ser dialogada e aprovada antes, pelo supervisor de campo. No estágio I este documento é elaborado, e no estágio II é posto em prática.
- ✓ Relatório de Estágio: deve conter todo o processo de desenvolvimento do estágio e suas etapas, é através dele que o/a discente avalia o seu estágio supervisionado, pontuando os aspectos dificultadores e facilitadores.

Na perspectiva de garantir a realização do Estágio Curricular, a Faculdade ASCES elaborou o Regulamento Geral de Estágio Curricular Supervisionado para a normatização e guia das diretrizes gerais, bem como para a operacionalização do Estágio Curricular.

Para tratar desse período da formação profissional existe na instituição o Núcleo Geral de Estágio (NGE). Esse núcleo deve efetuar convênios com instituições e campos de estágio, sistematizar os documentos indispensáveis para a realização dessa etapa da formação entre outras competências presentes no regulamento.

O regulamento é geral para todos os cursos da Faculdade, mas a realização do estágio se dá nas áreas específicas de cada curso e em consonância com o projeto pedagógico de cada área, desta forma o NGE trabalha de forma conjunta com as coordenações dos cursos para o cumprimento das PNE específicas. Por tanto, a ASCES define o Estágio como

⁹ Documento disponível para download no web site da Faculdade ASCES.

Componente curricular do processo de formação acadêmica, constituído e constituinte das dimensões do ensino, pesquisa e extensão. É desenvolvido em campos de atuação profissional com vistas à construção e socialização do conhecimento, enquanto processo social, coletivo e histórico. Espaço político-pedagógico privilegiado, de construção da práxis, possibilita a inserção do estudante no mundo laboral e na prática social, como processo de participação/intervenção nas relações entre o ensino/IES e demais segmentos sociais. (ASCES, 2011, p. 1).

O documento normatiza ainda os componentes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ao qual o NGE é subordinado, sendo composto pela Coordenação de Estágio da área de ciência específica (humana, saúde e engenharia), Núcleo de Práticas Jurídicas, Fórum Universitário, regente do estágio, supervisor de estágio, preceptores de estágio da ASCES e representante dos/as estagiários/as.

O regulamento aborda sobre as finalidades, objetivos, normas gerais e competências dos sujeitos do estágio supervisionado da ASCES. Assinala o compromisso com a formação profissional dos discentes da faculdade, bem como a consolidação da qualificação do Estágio supervisionado.

4.2.2 Atualização em Serviço Social para supervisores de campo da Faculdade ASCES

A coordenação do Curso de Serviço Social, juntamente com o colegiado do curso, e o Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPSS) preocupados com a qualidade da formação dos/as discentes, entendem que é preciso municiar os profissionais de informações sobre o estágio como também estabelecer uma parceria no processo de formação dos/as estagiários/as. Assim, através do projeto de Formação Continuada do LEPSS promoveu o primeiro curso de atualização em Serviço Social com o objetivo de aproximar os/as profissionais que estão atuando nos diversos campos sócio-ocupacionais da academia estabelecendo espaço para troca de saberes.

Nessa perspectiva, foi realizado o 1º Curso de Atualização em Serviço Social para Supervisores de Campo de estágio da ASCES promovendo a articulação entre a instituição de ensino e os campos de estágios. O curso de atualização promoveu uma interação entre os profissionais que estão no campo e os supervisores acadêmicos, amplificando a dinâmica pedagógica do estágio, além de despertar o debate sobre o estágio, promover uma maior

qualificação ao campo de estágio e proporcionar a reflexão sobre a supervisão de estágio como atividade pedagógica.

Assim, participaram do curso os/as supervisores/as de campo de estágio do curso de Serviço Social da Faculdade ASCES, bem como os/as profissionais que pretendiam abrir campo de estágio para o seu campo de trabalho. A expectativa da coordenação do evento foi que estivessem presentes 20 (vinte) assistentes sociais.

O curso foi dividido em quatro módulos, sendo o primeiro ministrado pela Prof.^a Josinês Rabêlo apresentando o tema *Serviço Social no Agreste: demandas e desafios*. O segundo módulo ministrado pela Prof.^a Ana Mircéia Saldanha que fez uma exposição do tema *Reflexões sobre as Dimensões da prática profissional em Serviço Social*. O terceiro módulo ministrado pela Prof.^a Fernanda Luma, trazendo o tema *Competências e atribuições dos/as Assistentes Sociais: um enfoque no estágio* e por fim, o quarto módulo ministrado pela Prof.^a Josinês Rabelo, com o tema: *Planejamento de ações e metas para o estágio supervisionado*.

O curso foi realizado de forma dinâmica tendo a participação de todos os envolvidos em todos os módulos. No primeiro módulo a facilitadora trabalhou a questão da regionalização, trazendo a discussão sobre o contexto regional em que o Serviço Social está inserido, relatando assuntos como aspectos físicos da região, as cidades mais importantes economicamente, os municípios mais populosos e os aspectos étnicos.

Em seguida estimulou as participantes se dividirem em grupos por áreas dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social em que atuam. Foram formados três grupos: saúde, assistência/sociojurídico e educação.

A atividade proposta foi uma caracterização do campo sócio-ocupacional em que cada profissional atua apresentando as demandas, dificuldades, potencialidades, desafios, contexto sócio-político e a imagem social da profissão. Os resultados da atividade estão apresentados na ilustração 05 e ilustração 06.

Esta atividade foi realizada com o intuito de entender as dificuldades e potencialidades encontradas no dia-a-dia do Serviço Social Caruaruense, ao mesmo tempo em que buscou refletir de que forma os profissionais entendem seu contexto e buscam estratégias de enfrentamento aos problemas vividos.

Com a atividade foi possível identificar que independente do campo sócio-ocupacional, as Assistentes Sociais experienciam problemas comuns. Assim, o resultado da atividade elencou as questões gerais, independente do espaço sócio-ocupacional. As reflexões das participantes indicou a necessidade da atualização do conhecimento sistemática visando contribuir de forma crítica e atualizada do processo de formação dos/as estagiários/as, ou mesmo tempo que o espaço de formação continuada é também de fortalecimento da categoria e de socialização das experiências.

Demandas	Dificuldades	Potencialidades	Desafios	Contexto Sócio-Político
Realizar trabalhos educativos de promoção à saúde;	Deficiência na atenção básica (saúde) que sobrecarrega o Serviço Social	Parcerias com outras instituições;	Trabalhar no atual sistema com políticas sociais focalizadas e compensatórias;	Precarização e flexibilização do trabalho;
Atender as demandas sociais de usuários e familiares;	Falta de políticas públicas relacionadas à saúde;	Trabalho interdisciplinar	Trabalhar em rede;	Conflitos maioridade penal – ECA;
Atendimento individual;	Dificuldade do acesso da população aos serviços/	Fortalecimento do controle social;	Escolarização e profissionalização dos adolescentes;	Parcerias público-privado na saúde;
Acompanhamento sistemático;	Falta de informação sobre financiamento da saúde;	Articulação e construção da rede;	Potencialização da criatividade;	Privatização;
Encaminhamento para a rede sócio assistencial;	Burocracia;	Comprometimento da equipe com o trabalho;	Fortalecer e valorizar a categoria;	Marginalização da pobreza;
Reflexão da realidade	Falta de articulação da rede;	Apoio das famílias;	Tornar claro para os demais profissionais qual é a especificidade do serviço social;	Violação de direitos;
Formação profissional	Falta de democratização no campo da saúde	Reconhecimento da importância do curso;	Desconstruir a ideia de neutralidade;	Centralidade dos campos sócio-ocupacionais na saúde e na assistência;
Intervenção na realidade	Uso de influência política para garantir os direitos	Reconhecimento da qualidade da formação;	Dar visibilidade interna e externa ao curso;	Interiorização das universidades e dos movimentos sociais;
Acompanhamento dos alunos e dos egressos do curso	Falta de qualificação profissional	Capacitação e atualização.	Articular os/as assistentes sociais do agreste	Crescimento da formação de lideranças sociais e de classe, trabalhadora;
	Falta de segurança		Retrocesso no	Urbanização,

	para realização das atividades;		processo de formação.	verticalização e especulação imobiliária.
	Falta de recursos materiais;			
	Imagem da profissão voltada para a caridade/filantropia;			
	Profissão de execução, sem capacidades para gestão e produção de conhecimento.			

Ilustração 05- Síntese dos grupos da oficina de atualização –Contexto do Serviço Social em Caruaru

Fonte: Elaboração do quadro durante o curso por todos os participantes, digitação da autora.

Imagem Social da Profissão		
De Si	Do outro/usuário	Empregador
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Profissão desvalorizada, baixa remuneração; ✓ Tem uma função importante na garantia de direitos; ✓ Profissional com visão crítica; ✓ Profissional com função técnica; ✓ Reconhecimento que é um técnico formado para atuar nas contradições do capital. 	<p>Reconhecimento e conhecimento da profissão; o assistente social potencializa a garantia de direitos; profissionais que trabalham para proteger marginais; profissionais do contra; profissional que trabalha voltado para a caridade, assistencialismo, filantropia; profissão feminina.</p>	<p>Profissão desvalorizada; profissional do contra.</p>

Ilustração 06 - Síntese dos grupos da oficina de atualização – Imagem social da profissão

Fonte: Elaboração do quadro durante o curso por todos os participantes, digitação da autora.

A síntese das discussões dos grupos evidenciou que o/a Assistente Social participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação do capital quanto de dar respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, onde se faz necessário o compromisso com todas as dimensões da profissão citadas a cima, para manter o bom funcionamento dos três e não prejudicar a prática profissional. Fazendo-se necessário o profissional pensar a profissão e a sociedade através

de um olhar crítico e reflexivo, entendendo as condições macro-sociais que inscrevem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, bem como seus limites e possibilidades.

No segundo módulo, a facilitadora fez inicialmente uma dinâmica dividindo os participantes em dois grupos para que identificassem as ideias sobre as dimensões da prática profissional em Serviço Social. Os resultados encontram-se na ilustração 07.

Resultados do grupo I	Resultados do Grupo II
Interventiva, dinâmica, generalista, relação teoria-prática, ética, crítica, política, mediadora, polivalente, orientadores dos direitos.	Ético-política, teórico-metodológica e técnico-operacional.

Ilustração 07- Síntese dos grupos da oficina de atualização – Dimensões da prática profissional em Serviço Social
Fonte: Elaboração da autora

Sobre as dimensões da prática profissional a técnico-operacional se caracteriza como a capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória histórica de responder as demandas da sociedade, às requisições socioinstitucionais e às finalidades profissionais.

A dimensão teórico-metodológica é a orientação teórica e metodológica da profissão. A dimensão ético-político é a ação e pensamento crítico assumido continuamente através de uma atitude reflexiva de produzir/criar novas estratégias de definir sua ação profissional, projetando-a para uma finalidade e assumindo o compromisso para alcançá-las, orientada pelas questões: para que? Para quem? Por quê? Como? As participantes elencaram considerando cada dimensão da prática profissional os desafios enfrentados no cotidiano profissional (Ilustração 08).

Grupo I		
Ético-Política	Teórico-Metodológica	Técnico-Operacional
Compromisso; organização da categoria.	Priorizar a prática deixando de lado a teoria.	Dificuldade de atender as demandas e preparar os próprios instrumentos.
Grupo II		
Ético-Política	Teórico-Metodológica	Técnico-Operacional

Ausência do sigilo profissional e falta de ética.	Relacionar a teoria com a prática.	Padronização da linguagem, instrumentais.
---	------------------------------------	---

Ilustração 08– Síntese dos grupos da oficina de atualização - Desafios das dimensões do Serviço Social
 Fonte: Elaboração do quadro durante o curso por todos os participantes, digitação da autora.

No terceiro módulo, a facilitadora iniciou a atividade expondo sobre o estágio em Serviço Social inicialmente relacionando-o à Formação profissional. Posteriormente, trouxe a discussão que a formação profissional não termina com a graduação, mas que ela é contínua. Depois reflexionando sobre o ensino superior federal/privado/à distância e os rebatimentos na formação profissional. Em seguida trouxe questões sobre a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Durante a exposição do tema a facilitadora pediu que as participantes expusessem suas experiências de estágio enquanto discente e depois como supervisor/a de campo, conforme mostra a ilustração 09.

Discente	Supervisor de campo
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todas as Assistentes Sociais fizeram estágios em mais de um campo sócio-ocupacionais; ✓ Os campos que mais os supervisores estagiaram foram: assistência, saúde e educação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta acompanhamento dos estágio pelas Instituições de Ensino Superior – IES; ✓ Relação deficitária entre supervisores e IES; ✓ São os discentes que vão aos campos em busca de estágio, especialmente os do EaD; ✓ Relação deficitária entre supervisor de campo e supervisor acadêmico; ✓ Existe IES que tem supervisor acadêmico sem ser Assistente Social, especialmente EaD; ✓ Estagiários com deficiência na formação de base; ✓ Os estagiários chegam ao estágio sem conhecer a política em que está inserido o estágio; ✓ Vivência de situações antiéticas entre por parte do/a estagiário/a; ✓ Instituições recebem muitos estagiários/as sem condições objetivas para cumprir o que determina a política da ABEPSS.

Ilustração 09– Síntese dos grupos da oficina de atualização - Desafios das dimensões do Serviço Social
Fonte: Elaboração do quadro durante o curso por todos os participantes, digitação da autora.

Diante dos relatos das experiências das supervisoras de campo foi possível identificar que a preparação pré-estágio, concepções teórico-metodológicas precisam ser bem trabalhadas durante a formação profissional.

As profissionais identificaram que há uma deficiência dos/as estagiários/as que entram no campo de estágio sem conhecer a política em que está inserido estágio. Identificaram também que a interação entre os profissionais do campo de estágio e supervisores acadêmicos/instituição de ensino é de extrema importância para a formação dos futuros profissionais. É importante destacar que as supervisoras de campo que participaram da oficina relatam que os estagiários da Faculdade ASCES são diferenciados dos demais, uma vez que são acompanhados sistematicamente pela supervisora acadêmica e essa tem contatos com as supervisoras de campo. Identificam essa relação como muito importante para o estágio supervisionado.

No sexto e último módulo, a facilitadora inicia a atividade falando sobre o planejamento destacando a necessidade de planejar, avaliar e sistematizar as atividades realizadas no cotidiano profissional. A facilitadora questionou como as participantes faziam o planejamento e a sistematização das ações desenvolvidas, bem como faziam a leitura da realidade local. Assim, destacou que sobre o caráter investigativo do Serviço Social.

As profissionais, de forma geral, relataram que o trabalho tem um caráter burocrático, afirmando que o cotidiano é muito dinâmico e muitas vezes não há tempo para realizar uma sistematização e avaliação das atividades. Em forma de sugestão a facilitadora entrega a cada profissional um documento que norteia e orienta o/a profissional de como fazer um planejamento de estágio ou plano de estágio. Dessa forma o campo de estágio se organiza normativamente antes dos/as estagiários/as entrarem em campo de estágio, facilitando também as atividades institucionais que o/a estagiário/a deve realizar em período de estágio.

Assinala-se como um grande avanço para o fortalecimento da formação profissional regional, sobretudo para os estudantes da Faculdade ASCES o primeiro curso de atualização em Serviço Social para supervisores de campo de estágio. Essa iniciativa da ASCES evidencia a preocupação com a qualidade da formação e o cumprimento dos princípios do estágio norteados

pela PNE em Serviço Social, bem como a importância da articulação entre formação profissional e exercício profissional que

[...]expressa e potencializada por meio da interlocução entre estudantes, professores(as) e assistentes sociais dos campos de estágio. Possibilita, portanto, a identificação e análise das demandas, desafios e respostas mobilizadas no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais e fomenta a construção/socialização de conhecimentos e reflexões, bem como o desenvolvimento de competências profissionais. (ABEPSS, 2010, p.13).

Na mesma perspectiva de entender a dinâmica de desenvolvimento para em seguida aperfeiçoar a prática, a ABEPSS lança um projeto que visa entender de forma regional o desenvolvimento de atividades relacionadas à formação profissional. Trata-se do Projeto ABEPSS Itinerante.

O Projeto ABEPSS Itinerante foi criado a partir de diálogos com os/as profissionais que apontaram dificuldades na efetivação das Diretrizes Curriculares, diretrizes estas que foram construídas em um contexto neoliberal onde o ensino superior sofreu grandes consequências “em face ao contexto neoliberal, as Diretrizes Curriculares que foram aprovadas pelo MEC em 2002, fragilizam a perspectiva da teoria social crítica” (ABEPSS, 2014, p. 4). Essas heranças deixadas pelo neoliberalismo da década de 90 no Brasil prejudicam a formação profissional e diante desses fatos, a ABEPSS iniciou uma pesquisa na direção de identificar como poderiam contribuir para o melhoramento destas questões em um trabalho de três anos de pesquisa (2005-2008), que ao final resultou na proposta de um projeto de formação continuada, intitulado de ABEPSS Itinerante que visou debater sobre as dificuldades referentes à formação profissional.

A primeira versão do projeto aconteceu em 2012 de forma regional e alcançou todo o Brasil, tendo em registro pela ABEPSS aproximadamente 400 participantes¹⁰. Desse encontro originaram-se sugestões para os próximos cursos, dentre as que testam-se abranger a participação no curso para discentes e a descentralização das oficinas propondo a realização por estados do Brasil e não por regiões. Dentro das avaliações feitas pela ABEPSS o tema que mais foi abordado pelos participantes foi o Estágio Supervisionado.

A segunda versão do projeto, em 2014, visou trabalhar especificamente este tema, sendo o curso intitulado como “*Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas.*” A distribuição de vagas dos participantes por Unidades de Formação Acadêmica

¹⁰ Ver em: ABEPSS. Projeto ABEPSS Itinerante 2014 Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas. 2014 p. 5.

(UFAs) foi de um representante da coordenação do curso e/ou da coordenação de estágio, dois discentes da graduação e pós-graduação e um supervisor/a de campo. Assim, o objetivo principal dessa segunda versão do projeto “Fortalecer a implementação da PNE como estratégia para a ampliação da base político-acadêmica do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior, unidade de formação acadêmicas.” (ABEPSS, 2010, p.8)

A oficina realizada em Pernambuco, no período de 29 e 30 de Setembro de 2014, na Universidade Federal de Pernambuco na cidade do Recife. A oficina foi dividida em dois módulos, sendo tratado no primeiro módulo os temas do Serviço Social, Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio, módulo reservado para o primeiro dia de atividades. Já o tema do segundo módulo foi Estratégias Didático-Pedagógicas para o Estágio Supervisionado, reflexões para o segundo e último dia de oficina.

Na oficina Pernambuco, encontravam-se representantes de seis UFAs¹¹ de Pernambuco, entre coordenadores dos cursos de Serviço Social, supervisores de campo e acadêmico e discentes. Além, de representantes do CRESS, da ENESSO e as facilitadoras indicadas pela ABEPSS regional. Lembrando que outras UFAs também foram identificadas pela ABEPSS regional com a ajuda do CRESS e foram convidadas a participar da referida atividade.

Dando início aos conteúdos foi realizada uma contextualização do surgimento da profissão a nível mundial e mais detalhadamente o surgimento no Brasil. No primeiro momento, pode-se sintetizar que as reflexões e análises que se constroem em volta do estágio supervisionado em Serviço Social devem ter como ponto inicial as considerações históricas da profissão. Vale ressaltar a pesquisa como um instrumento eficaz para entender o processo do estágio supervisionado, e lembrando que foi através do rompimento do Serviço Social conservador que o elemento pesquisa entrou como um componente importante para a profissão. Assim, essa prática investigativa é necessária para atuação profissional e de extrema importância no momento do estágio. Nessa direção, o diálogo entre a pesquisa/monografia e o estágio supervisionado são inevitáveis.

Foram trazidos elementos sobre a legalização e documentos que norteiam o estágio supervisionado em Serviço Social citando as Diretrizes Curriculares (1996), Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais e a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (2010).

¹¹ Faculdade ASCES, Faculdade Estácio do Recife, Universidade de Pernambuco (de Palmares), Faculdade do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco.

O grande grupo foi dividido em cinco grupos menores composto por integrantes de diferentes unidade de formação acadêmicas para a socialização das informações. Os grupos deveriam responder a três questões:

- Qual o significado das Diretrizes Curriculares para o fortalecimento da direção social na perspectiva o Projeto Ético-Político?
- Como o estágio se organiza em sua unidade de formação acadêmica (carga horária, período, dinâmica da supervisão, disciplinas vinculadas ao estágio e outras atividades)?
- Quais as potencialidades e nós críticos encontrados no processo de efetivação do estágio (PNE e Res. 533) no que se refere às dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica?

Sobre a primeira questão, todos os grupos mencionaram o processo de mercantilização do ensino e que isso traz problemas à formação profissional e cabe aos profissionais (Assistentes Sociais) o desafio de defender a categoria e a formação profissional de acordo com as diretrizes curriculares de forma a fortalecer o projeto ético-político da profissão, lembrando-se do compromisso com os movimentos sociais, a articulação das demais disciplinas com a de estágio supervisionado.

Na segunda questão, cada unidade de formação acadêmica apresentou como se organizava o estágio supervisionado em sua respectiva unidade de formação, que de modo geral não se diferenciavam muito uma das outras sendo assim, utilizando abaixo um quadro geral para a sistematização.

A identificação da organização do estágio curricular em cada UFA permitiu a socialização das informações específicas de cada unidade, ao mesmo tempo em que fomentou sugestões de implantação de alguns mecanismos que funcionaram em uma UFA para outra unidade que não conseguia por em prática um específico ponto da identificação acima. Sobre a carga horária do estágio curricular obrigatório é previsto na PNE

A carga horária disponibilizada para o estágio supervisionado curricular obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas¹⁵ (CH mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 8/200716 e a Resolução nº 2 de junho de 200717 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior/ MEC. (ABEPSS, 2010, p. 29).

Além da carga horária, a PNE normatiza que o estágio curricular obrigatório deve ser realizado entre 02 e 04 semestres ao longo dos últimos anos da graduação. Para a dinâmica de supervisão de estágio cada UFA tem sua especificidade. Todas relataram a importância das visitas institucionais e os encontros mensais com os alunos para discussões sobre o desenvolvimento do estágio. Em seguida o exercício a ser trabalhado foi o de identificar os nós críticos e potencialidades para o desenvolvimento do estágio. Foram identificados os seguintes aspectos:

- ✓ Potencialidades
- a) Aparato das Legislações;
- b) Diversidades dos campos de estágio;
- c) Troca de experiências;
- d) Corresponsabilidade;
- e) Compromisso das UFAs para o cumprimento das legislações e resoluções;
- f) Supervisor de campo poder contribuir para a construção da visão crítica do(a) estagiário(a);
- g) A Política Nacional de Estágio normatizar que o(a) aluno(a) é um(a) profissional em formação.

As potencialidades gerais apontadas pelos grupos foram estas, realçando a importância para a efetivação e garantia do estágio curricular supervisionado de qualidade, o aparato da legislação, a normatização e norteamento da PNE e das resoluções que direcionam a prática e asseguram aos sujeitos do estágio. Já os nós críticos identificados pelas participantes do curso foram:

2. Nós Críticos

- a) Dificuldade de interação entre a UFA e os supervisores de campo;
- b) Burocracia;
- c) Ausência dos supervisores de campo nos encontros promovidos pela UFA;
- d) Os campos de estágio ainda enxergarem os/as estagiários/as como uma mão-de-obra barata;
- e) Expectativa entre estagiário/a e supervisor/a de campo e vice-versa;

- f) Falta de formação continuada;
- g) Neoliberalismo e impactos para a profissão/formação;
- h) Condições de trabalho;
- i) Número excessivo de alunos x vagas disponíveis para estágio;
- j) Inserção precoce nos campos de estágio;
- k) Diversos vínculos dos profissionais, que compromete o acompanhamento dos/as estagiários/as;
- l) Estudantes e profissionais com dificuldade em compreender a indissociabilidade entre teoria e prática.
- m) Gestão não compreendida, por parte diretora das UFAs;
- n) Alunos/as trabalhadores;
- o) Carga horária x horários disponíveis nos campos de estágio;
- p) Cumprimento dos prazos da Resolução 533/2008;
- q) Lógica privatista das políticas sociais;
- r) Dificuldade para o supervisor/a acadêmico/a visitar todos os campos de estágios dos/as alunos/as;
- s) Distância entre campo de estágio e residência do/aaluno/a;
- t) Campos de estágio que não querem receber estagiários/as de universidades públicas;
- u) Aluno/a que está matriculado na disciplina de estágio curricular obrigatório, mas não consegue campo de estágio;
- v) Profissionais que não querem receber estagiários/as por estarem afastados da academia.

Pode-se entender que dentre os nós críticos identificados sete deles tem ligação direta com a questão do neoliberalismo e a contra-reforma do Estado, como por exemplo os campos de estágio ainda enxergarem os/as estagiários/as como uma mão-de-obra barata, condições de trabalho, a lógica privatista das políticas sociais, número excessivo de alunos x vagas disponíveis para estágio, etc. Desse modo podemos relacionar as referências de como o neoliberalismo influenciou a lógica do ensino superior vigente hoje e a partir dessas respostas pode-se ver as consequências para

a formação profissional. Para sistematizar as discussões e discutir as propostas para o enfrentamento dos problemas levantados foi realizada uma breve discussão sobre o Serviço Social.

O Serviço Social contemporâneo configurado pelo movimento de reconceituação firma uma aliança com a classe trabalhadora em defesa dos seus direitos e se inseretambém como parte dessa classe. Assim, a profissão se apresenta com um caráter contraditório onde contribui para a ampliação da cidadania e defesa intransigente os direitos humanos, mas ao mesmo tempo é legitimando o estado capitalista.

Fazendo-se necessário pensar no Serviço Social crítico e como a profissão que se insere no mundo e como o seu trabalho influencia nas relações sociais. É necessário ter a competência crítica, e aliar o saber com o Projeto ético-político que é um fruto da historicidade da profissão. Diante dessa reflexão, é necessário entender o funcionamento das instituições a que se vincula profissionalmente pensando como o estágio supervisionado se configura em cada dimensão regional e local. Sempre compreendendo e efetivando a profissão em seus três aspectos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, pois é através dessas configurações que a profissão se fortalece consequentemente a formação profissional também.

Foi destacado sobre o Projeto Ético-político e a importância do posicionamento ético-político dos supervisores de estágio, pois através disso podem contribuir com a reflexão dos alunos para a questão da ética profissional e aspectos do projeto, fortalecendo a formação profissional.

- Propostas para enfrentamento dos nós críticos

A negação dos/as Assistentes Sociais para receber estagiários/as está relacionada ao tempo de formação do Assistente Social e a falta de formação continuada. A falta de atualização gera insegurança profissional por estar afastado da academia. Um dos grupos propôs a realização de cursos pela ABEPSS que sejam esclarecedores sobre o estágio supervisionado, de forma que esses profissionais tirem as suas dúvidas e entendem que o momento do estágio é decisivo para a formação profissional. A realização do curso essa proposta atuará em outro nó crítico que é o número excessivo de alunos x vagas disponíveis para estágio, que certamente não acabaria com o problema, pois essa questão esta ligada a nova lógica do ensino superior, mas beneficiaria de alguma forma.

Outra proposta está relacionada à dificuldade da interação entre as UFAs e os supervisores de campo, bem como a ausência dos supervisores de campo nos encontros promovidos pelas UFAs. A sugestão foi de promover um encontro em um determinado campo de estágio atraindo os outros supervisores de campo para conhecer o campo do outro profissional, não deixando também de realizar os encontros nas UFAs.

Sobre os estudantes e profissionais com dificuldade em compreender a indissociabilidade entre teoria e prática, a estratégia é de ter momentos para estudar junto com o/a estagiário/a as demandas vindas para o campo de estágio, sempre tomando como base para o estudo as legislações que regulam a profissão. Essa ação permite a construção da visão crítica do/a aluno/a.

Sintetizando os dois processos, foram identificadas dificuldades e potencialidades que são notadas tanto na dinâmica regional, quanto na dinâmica estadual. No curso de atualização para supervisores de campo da ASCES as questões mais apontadas foram a respeito à dinâmica de funcionamento do campo de estágio, onde se pode pressupor que quando o campo de estágio/instituição de trabalho está fragilizado, o processo de estágio também sofre com esses problemas. Dessa forma, quando as potencialidades são geradas o estágio supervisionado se fortalece.

Na oficina Pernambuco do projeto da ABEPSS os/as profissionais apontaram questões pontuais sobre a realização do estágio que se ligam às questões regionais apontadas pelos/as profissionais do curso da ASCES. Relacionam-se algumas dificuldades como: péssima condição de trabalho, burocracia, trabalho e atividades não compreendidas por parte da diretoria da instituição/campo de estágio. Quanto as potencialidades merece destaque: o compromisso dos/as profissionais/UFAS com o cumprimento das legislações e resoluções para uma efetivação do estágio supervisionado com qualidade.

Por fim, merece ressaltar a importância do curso de atualização em Serviço Social e a oficina da ABEPSS como estratégias de consolidação da Política Nacional de Estágio, pois marca uma etapa em que a categoria profissional busca o enfrentamento e reflexão dos desafios postos à formação profissional diante a conjuntura política atual e que esse momento traz pontos importantes para a análise da dinâmica regional e estadual de estágio. É a partir dessas construções que a categoria se fortalece e ratifica o compromisso com a formação profissional.

4.3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ÓTICA DOS/AS ESTAGIÁRIOS/AS

Este tópico intenta discutir o Estágio Supervisionado na perspectiva das alunas do Curso de Serviço Social da Faculdade ASCES. Entende-se que a relação entre teoria e prática é um movimento que é estabelecido entre o saber e o fazer. Este movimento é considerado pelo curso de Serviço Social Faculdade ASCES como um dos princípios articuladores do processo de aprendizagem através de uma relação dialética. É nesse sentido que o Estágio Curricular Supervisionado e a monografia são considerados instrumentos de vinculação entre a teoria e a prática. A análise dos relatórios e projetos de intervenção permitiu identificar como os/as discentes entendem o processo do Estágio.

É no estágio que colocamos em prática tudo que aprendemos em sala de aula, mesmo observando conseguimos associar a teoria e a prática e entender que ambas devem caminhar juntas. (estagiária N)

A estagiária N evidencia a relação teoria e prática, como previsto na Resolução CFESS nº 533/2008 “[...]a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática[...]”. Onde as disciplinas teóricas devem ser articuladas

O estágio curricular é indispensável sendo de fundamental importância para o processo de formação do estudante de Serviço Social, pois este oportuniza o/a estudante a inserção no espaço sócio ocupacional propiciando conhecer a prática profissional do Serviço Social. A partir do estágio foi possível ter o contato direto com os usuários atendidos pelo serviço durante os atendimentos individuais, conhecer a atuação cotidiana do assistente social e suas estratégias de intervenção. Ele permitiu também a aproximação com a realidade institucional, as demandas e os desafios que se colocam ao trabalho do assistente social.” (Sujeito T)

Já a estagiária T destaca a relação entre o Estágio e a formação profissional elemento fundamental para a construção de uma visão crítica onde o Estágio deve “objetiva-se reforçar o cumprimento do princípio universitário e a possibilidade da efetivação de uma formação crítica e de qualidade” (.ABEPSS, 2010, p. 37) proporcionando ao/a estagiário/a a oportunidade de entender a realidade de forma ampla e contextualizada. Na primeira turma os Estágios Supervisionados se desenvolveram nas áreas da Saúde, Assistência Social, Sócio-Jurídico e sistema Previdenciário já na

segunda turma os Estágios Supervisionados desenvolveram-se nas áreas da Saúde, Assistência Social, Educação e no campo Sócio Jurídico.

Por tanto identifica-se que os/as estagiárias entendem que o Estágio Supervisionado é uma etapa da formação profissional, reconhecem a importância e os conhecimentos que são adquiridos neste processo e confirmam que a teoria e a prática são indissociáveis, sendo uma complemento e parte integrante da outra, contribuindo assim para que o/a estagiário/a desenvolva uma atuação crítica.

4.3.1 Dificuldades encontradas no Estágio Supervisionado

As dificuldades relatadas pelas estagiárias aqui são consideradas como aspectos importantes, uma vez que, são vistas pelo Curso de Serviço Social como oportunidades de consolidar uma formação profissional de qualidade com a participação dos discentes ao considerar a sua avaliação e proposições. Assim as dificuldades apresentadas foram:

- ✓ No aspecto estrutural do funcionamento do campo de estágio tais como a falta de outros profissionais no campo de estágio para atender às demandas; falta de privacidade dos profissionais para realização de atividades profissionais que necessitam de sigilo, falta de estrutura física (em alguns campos) e falta de conhecimento dos serviços oferecidos no campo de estágio por parte da população usuária;
- ✓ A baixa oferta de campos de estágio na cidade;
- ✓ Curto tempo para a execução e elaboração do projeto de intervenção; a mudança de campo de estágio que dificultou a elaboração e execução do projeto de intervenção e dificuldades referentes ao cumprimento da carga horária quando o estagiário é realizado em hospitais sob regime de plantão;
- ✓ Entrada tardia no campo de estágio e falta de tempo para o cumprimento do mesmo por causa do trabalho, no caso de estudante trabalhador;

Essas dificuldades são ilustradas através do relato das estagiárias.

Uma das dificuldades que tive durante a realização do estágio como um todo foi o de cumprir a carga horária exigida, pois as assistentes sociais da UPA trabalham no regime de plantão o que ocorre durante dois dias na semana [...] isso impossibilitou de ir mais na unidade. (Estagiária P).

[...] dentre as suas lacunas, destaca-se a dificuldade vivenciada pela aluna na entrada em seu campo de estágio, contando com quase dois meses de atraso e, como consequência, dificuldades de finalização da carga horária no período. (Estagiária Q).

No começo foi um pouco difícil porque tive que pagar plantões no Hospital que trabalho por que ninguém queria trocar plantões, e a dificuldade de horário pois na cidade que moro não tinha transporte toda hora e mesmo assim eu tinha que estar presente nesta instituição no horário certo. (Estagiária O).

Pode-se dizer que o/a aluno/a trabalhador é um dos desafios a ser enfrentado para a realização do Estágio e cumprimento da carga horária. É importante ressaltar que esse foi um problema também identificado pelos profissionais na Oficina Pernambuco da ABEPSS. Assim considera-se este um desafio que os Núcleos e Departamentos que tratam de Estágio na ASCES juntamente com a Coordenação do Curso de Serviço Social tem de enfrentar no sentido de criar estratégias e articulações para se fazer cumprir a Política Nacional de Estágio.

4.3.2 Potencialidades do Estágio Supervisionado

Com base nos relatos dos/as estagiários/as a pesquisa revelou que os/as estagiários/as consideraram que o Estágio teve muitos aspectos positivos considerados como potencialidades, podendo ser destacados:

- ✓ Tiveram como supervisores de campo profissionais capacitados;
- ✓ Fácil acesso ao serviço (em alguns campos);
- ✓ Avaliaram que tiveram um bom estágio que propiciará uma atuação profissional comprometida e crítica;
- ✓ Ressaltaram a boa acolhida da equipe interdisciplinar que estiveram inseridos e a disponibilidade da mesma de compartilhar o fazer e o saber;
- ✓ O estágio propiciou o conhecimento da articulação da rede de saúde;
- ✓ Troca de experiências;

- ✓ Possibilidades de articulação do saber e do fazer e da teoria e prática;
- ✓ Conhecimento dos campos sócio-ocupacionais do Serviço Social;
- ✓ Conhecimento das Políticas Sociais e das comunidades/a realidade local;
- ✓ Conhecimento dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social nos diversos campos sócio-ocupacionais;
- ✓ Ter a proximidade e atuar nas expressões da Questão Social.

Essas potencialidades podem ser evidenciadas no relato das estagiárias:

Maior participação e interação no campo de estágio, podendo ter a oportunidade de criar instrumentais e facilitar o desenvolvimento do local, abertura do campo de estágio para desenvolver atividades no campo de estágio [...]. (Estagiária R)

O meu estágio curricular supervisionado me proporcionou um grande campo de aprendizagem profissional e pessoal, onde pude identificar, analisar e relacionar os aspectos teórico-metodológicos do Serviço Social neste campo e compreender e apreender a realidade que vivencia a cidade de Caruaru no âmbito da Atenção Básica à saúde. Vivenciar as atividades do cotidiano profissional em Serviço Social foi uma experiência significativa para mim enquanto discente. (Estagiária U)

4.3.3 Dinâmica da Supervisão Acadêmica e de Campo

A dinâmica de supervisão acadêmica das duas turmas funcionavam com encontros teórico-práticos realizados em horário diferente do horário de Estágio onde todos/as os/as estagiários/as tinham encontro prático com o/a supervisor/a acadêmica para a socialização das experiências, trabalhar e discutir os momentos relacionados ao estágio de forma individual se necessário.

Os encontros teórico práticos realizados na faculdade pela supervisora acadêmica forma relevante no processo de formação pois o mesmo promoveu o diálogo sobre a importância do estudante ter o olhar crítico e se posicionar junto a supervisora de campo diante dos acontecimentos presenciados. (Sujeito T)

Além dos encontros teórico-práticos a dinâmica de supervisão acadêmica é realizada através de visitas institucionais ao campo de Estágio de cada estagiário/a bem como a avaliação de documentos elaborados por cada discente, documentos estes que são necessários ao processo de

estágio e sua elaboração está prevista pela PNE em Serviço Social, são eles: o plano de estágio, projeto de intervenção e relatório de estágio. Através desses documentos, o processo de participação no estágio e nos encontros teórico práticos e frequência no estágio que a supervisor/a acadêmico/a avaliava os/as estagiários/as.

Na dinâmica de supervisão de campo, as avaliações eram realizadas através de encontros entre o/a supervisor/a acadêmico e de campo para a avaliação conjunta do/a estagiário/a, além de reuniões no cotidiano do Estágio para estudos de caso, esclarecimentos de posturas profissionais entre outros aspectos. Sendo destacado pela estagiária G que “[...]os meus aprendizados foram nos pequenos momentos de conversa com a assistente social [...]”.

Os/as estagiários/as ressaltaram a boa acolhida das equipes interdisciplinares em que estavam inseridos, além da disponibilidade de compartilhar o fazer e o saber.

A partir dos relatos dos/as estagiários/as, pode-se dizer que avaliação do processo de supervisão foi de forma positiva, destacando positivamente o compromisso do/a supervisor/a acadêmico/a com a formação profissional dos/as discentes, evidenciaram a necessidade de ampliar o número de encontros teórico-práticos, pois os estagiários/as consideraram esses momentos de fundamental importância devido a troca de informações, discussões de possíveis soluções para dificuldades encontradas no campo de estágio e a socialização das informações.

Os supervisores de campo desenvolveram as competências profissionais como preceitua o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, ao socializar com os/as estagiários/as o conhecimento, permitindo também o acesso às informações e documentos referentes ao serviço e principalmente a disponibilidade de supervisionar os/as estagiários, contribuindo, assim para a formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elaborar as considerações finais foi necessário resgatar o problema, objetivos de pesquisa, bem como as reflexões dos autores que municiaram o estudo. A pesquisa teve como principal questionamento: *Quais os desafios postos à formação em Serviço Social e as dificuldades na consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social em Caruaru?* A pesquisa atingiu os objetivos propostos ao ter realizado uma análise do processo de formação profissional em Serviço social no contexto da Faculdade ASCES.

Para refletir sobre o tema em foco, partiu-se da discussão empreendidas por Buriola, Iamamoto, Netto, Yasbek entre outros, que possibilitou uma relação dialógica com os autores para a compreensão do problema e iluminar a análise dos dados.

Os desafios para a consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social remetem à lógica capitalista do ensino superior que influencia negativamente a formação profissional representado por uma formação técnica e sem muito espaço para o pensamento crítico. Observou-se que essa questão esteve presente nos diálogos no Curso de Atualização em Serviço Social e na Oficina Pernambuco da ABEPSS, não sendo, portanto, inerente à realidade da Região do Agreste e do estado de Pernambuco, mas no Brasil.

Como enfrentamento à essa questão, é que a Oficina da ABEPSS foi criada, visando atender a uma demanda vinda dos profissionais de todas as regiões do Brasil que necessitavam de um momento de diálogo para expor as dificuldades encontradas referentes ao Estágio Supervisionado e construir de forma coletiva o enfrentamento aos problemas.

É importante destacar que foram as dificuldades vivenciadas no campo de estágio que motivaram a realização dessa pesquisa. Assim, ao término da pesquisa, podem-se pontuar alguns aspectos que possibilitam compreender o estágio supervisionado na formação profissional e os desafios para a consolidação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social:

- ✓ Dificuldade na interação entre a UFA e os supervisores de campo;

- ✓ Burocracia¹²;
- ✓ Falta de formação continuada;
- ✓ Neoliberalismo e impactos para a profissão/formação;
- ✓ Condições de trabalho;
- ✓ Diversos vínculos dos/as profissionais, comprometendo o acompanhamento dos/as estagiários/as;
- ✓ Gestão não compreendida no campo do Serviço Social, por parte diretoria das UFAs;
- ✓ Alunos/as trabalhadores;
- ✓ Carga horária x horários disponíveis nos campos de estágio;
- ✓ Lógica privatista das políticas sociais;
- ✓ Profissionais que não querem receber estagiários por estarem afastados da academia¹³

Por fim, conclui-se que o Estágio Supervisionado em Serviço Social sofre consequências com as mudanças na configuração do ensino superior de anteriores décadas, e que essas consequências estão presentes em todas as regiões do Brasil. Vale ressaltar a importância do compromisso nacional da ABEPSS para a efetivação de uma formação profissional qualificada.

Destaca-se também o compromisso da Faculdade ASCES e Coordenação do Curso de Serviço Social no cumprimento das resoluções do CFESS e compromisso com os/as discentes e categoria profissional, que procura sempre abrir momentos de diálogo para entender as dificuldades vivenciadas para a construção coletiva de estratégias de enfrentamento das dificuldades a exemplo do primeiro Curso de Atualização em Serviço Social da ASCES.

¹² No caso de Estágios desenvolvidos em instituições Estaduais, onde as documentações necessárias ao início do Estágio demoram mais para serem assinadas.

¹³ Caso específico de algumas UFAs, onde os/as profissionais formados a mais tempo e que se encontram afastados da academia se sentem acuados pelo acúmulo de estudos com que o/a estagiário/a chega ao campo, preferindo assim não abrir o seu campo de trabalho para Estágio Supervisionado.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa Em Serviço Social* – ABEPSS, 2010.
- _____, *Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* – ABEPSS. São Luís/MA: 2008.
- _____, Projeto ABEPSS Itinerante 2014 Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas. 2014.
- ABESS/CEDEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. In: Cadernos ABESS N. 7 – Formação Profissional: trajetória e desafios. São Paulo: Cortez, 1999.
- AGUIAR, Antonio Geraldo de. *Serviço Social e Filosofia: das Origens a Araxá*. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez; Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.
- ASCES. *Esino Graduação em Serviço Social*. Disponível em: <www.asc.es.edu.br> acesso em outubro de 2014.
- ASCES. *Regulamento Geral de Estágio Curricular Supervisionado Faculdade ASCES*. 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____, Projeto de Lei n. 8035-B de 2010. *Aprova o Plano Nacional de Educação para o Decênio 2011-2020 e da outras Providências*.
- _____, Lei nº 10.172 de Janeiro de 2001. *Aprova o Plano Nacional de Educação e da Outras Providências*.
- _____, *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei Federal nº 8.069 de 13 de Junho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 2002.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. *O Estágio Supervisionado*. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. *Método De Análise De Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004.
- Caruaru (PE). Prefeitura de Caruaru. Disponível em: <www.caruaru.pe.gov.br> acesso em 10 de out de 2014.
- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*./ Manuel Manrique Castro; tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. – 11. Ed.- São Paulo: Cortez, 2010.
- CONDEPE/FIDEM. *Pernambuco: realidade e desafios*. Recife: Condepe/Fidem, 2009.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI/ INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL. *Lei de estágio: Tudo o que você precisa saber*. Brasília: IEL, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social*. Resolução CFESS 533/2008. Regulamenta a Supervisão Direta De Estágio no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2011.

_____, Resolução CFESS 493/2006. *Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social*. Brasília: CFESS, 2006.

FERREIRA, Darley de Lima. *Caruaru e sua Faculdade de Direito*. João Pessoa. Ed. Ideia, 2006.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Estações Ferroviárias do Brasil*. Atualização: 07/05/2014. Disponível em <www.estacoesferroviarias.com.br> acesso em 10 de out de 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social/ Antonio Carlos Gil -6*. Ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas em sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social/ Marilda Vilela Yamamoto*. - 11. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *O Serviço Social na cena contemporânea*. in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPSS, 2009, p. 15-50.

_____. CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. ed. 35. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE, Informações Completas/Caruaru. 2014 Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> acesso em 10 de out de 2014.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. Acta Cir. Bras. vol.17 suppl.3, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso> acesso em 9 de set de 2014.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. 1930; tradução de Isa Tavares – SP. Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. *Estado, classe e movimento social*. 1ª ED. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org.). *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

PEREIRA, George; TEIXEIRA, Geyse Anne. *Fábrica de Caróá: História e Memória*. Caruaru – PE. Ed dos Autores, 2011.

RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro; FONSECA, Regina Célia Veiga Da. *Manual da Metodologia/ OPET*. Curitiba, 2008.

SILVA, Iolani Soares Da. *O Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social*. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n 97, p. 109-123, jan/mar.2009.

VALLADARES, Licia. *Os dez Mandamentos da Observação Participante*. Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 nº.63 São Paulo Feb. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100012&script=sci_arttext> acesso em 04/12/2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social* in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPSS, 2009, p. 143-164.

_____.(ORG) Projeto de revisão curricular da faculdade de Serviço Social da PUC/SP. IN Serviço Social e Sociedade. Nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.

ZAGO, Luis Henrique. *O método dialético e a análise do real*. 2011.